

---

**LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

---

**ISABELA NOLASCO**

**A ATUAÇÃO DO UNICEF NA EDUCAÇÃO  
PÚBLICA BRASILEIRA**



Rio Claro  
2017

ISABELA NOLASCO

A ATUAÇÃO DO UNICEF NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Profa. Dra. Raquel Fontes Borghi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia

Rio Claro  
2017

379.2 Nolasco, Isabela  
N789a A atuação do UNICEF na educação pública brasileira /  
Isabela Nolasco. - Rio Claro, 2017  
77 f. : il., gráfs., quadros

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia)  
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de  
Rio Claro

Orientadora: Raquel Fontes Borghi

1. Educação e Estado. 2. Educação. 3. Políticas públicas.  
4. UNICEF. I. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me guiado até aqui e aberto portas específicas durante essa longa jornada em prol da minha formação e desenvolvimento em quanto ser humano. Reconheço que muitas experiências ficarão eternizadas frente a tantas vivências ricas que Deus permitiu em minha vida, tendo a plena convicção de que sem Seu amparo não teria chegado tão longe.

Agradeço de forma muito especial meus pais, que sempre me apoiaram e estiveram presentes em todas as etapas da minha vida, fornecendo todo amparo necessário para que hoje eu pudesse alcançar essa grande conquista. Em família, agradeço aos meus irmãos que também estiveram junto a mim de forma muito significativa nessa etapa da vida, contribuindo para que eu prosseguisse nessa caminhada tão desafiadora. A meus amigos e familiares minha enorme gratidão pelo apoio e carinho durante todos esses anos, me incentivando e lembrando sempre a seguir meus sonhos.

Por fim, sou grata aos meus professores e minha orientadora, que muito me ensinaram e contribuíram para a pessoa que me tornei, servindo de grande inspiração para que eu enxergasse belezas ainda mais profundas na prática do educar e também soubesse enfrentar futuros desafios que a profissão venha ocasionar.

Meu grande abraço e carinho a todos.

## RESUMO

A pesquisa investiga a atuação do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) frente a educação pública brasileira nos últimos cinco anos. A proposta da temática surgiu a partir de uma experiência de intercâmbio internacional vinculado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e a Universidade de Patras - Grécia. Por meio dessa vivência tive a oportunidade de conhecer a sede do UNICEF na cidade de Genebra, na Suíça, o qual evidenciou grande relevância mediante o desempenho do órgão nos últimos 70 anos de existência. A oportunidade de estudar fora abriu meus olhos para enxergar a enorme influência de organizações internacionais que atuam no âmbito da educação e despertou em mim, grande interesse em conhecer a fundo as intervenções do UNICEF no Brasil. Sendo assim, a pesquisa objetivou mapear as principais frentes de atuação do UNICEF na educação pública brasileira, buscando dimensionar os âmbitos de maior influência na luta dos direitos da criança e do adolescente. Assim, foi realizado uma pesquisa de natureza qualitativa por meio de análise bibliográfica e documental, utilizando os relatórios brasileiros anuais digitais do UNICEF dos anos de 2012 a 2016, incumbidos pela divulgação das principais ações do ano, pelos investimentos financeiros e pelas instituições apoiadas, além da publicação digital do banco de notícias da imprensa nacional do UNICEF dos últimos cinco anos. Desta forma, no respectivo estudo foi identificado as áreas de proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente que vêm sendo assegurados pelo UNICEF, as estratégias de programas e projetos em que órgão tem operado e as regiões de atuação prioritárias no território brasileiro. Almejo por fim, ter contribuído em paralelo com autores que articulam no campo de políticas globais de educação, para o avanço de uma sociedade que prioriza acima de tudo a criança e a educação.

**Palavras-chave:** Educação. Políticas Públicas. UNICEF

## ABSTRATC

The research investigates the performance of the United Nations Children's Fund (UNICEF) related to Brazilian public education during the last five years. The proposal of the theme arose from an experience of international exchange between the Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) and Patras University- Greece. Through this experience I had the opportunity to meet UNICEF headquarters in the city of Geneva, Switzerland, which has shown great relevance through the performance of the organ in the last 70 years of existence. The opportunity to study abroad opened my eyes to see the enormous influence of international organizations that work in the field of education and aroused in me, a great interest to search deeper the interventions of UNICEF in Brazil. Thus, the research aims to map the main fronts of UNICEF action in Brazilian public education, seeking to scale the areas of greatest influence in the fight for the rights of children and adolescents. I propose to carry out a qualitative research through documentary and bibliographic analysis, using UNICEF annual Brazilian digital reports from 2012 to 2016, responsible for the dissemination of the main actions of the year, financial investments and the institutions supported, in addition I am counting on the publication of the UNICEF national news media from the last five years. In this way, in the respective study, I will identify the areas of human rights protection of children and adolescents that are being provided by UNICEF; analyze the strategies of the programs and projects in which the agency has operated and investigate the priority regions in Brazil. Finally, I want to contribute in parallel with authors who articulate in the field of global policies of education, for the advancement of a society that prioritizes above all the child and education.

**Keywords:** Education. Public policy. UNICEF

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Análise Geral do Direito de Aprender – 2012.....	29
Quadro 2: Prestação de Contas – 2012.....	30
Quadro 3: Temáticas Educacionais - 2012.....	30
Quadro 4: Organizadores - 2012.....	31
Quadro 5: Público Alvo – 2012.....	31
Quadro 6: Região Territorial - 2012.....	32
Quadro 7: Análise Geral do Direito de Aprender – 2013 .....	37
Quadro 8: Prestação de Contas – 2013 .....	38
Quadro 9: Temáticas Educacionais – 2013 .....	38
Quadro 10: Organizadores - 2013.....	39
Quadro 11: Público Alvo – 2013 .....	39
Quadro 12: Região Territorial – 2013 .....	40
Quadro 13: Análise Geral do Direito de Aprender – 2014 .....	45
Quadro 14: Prestação de Contas – 2014 .....	46
Quadro 15: Temáticas Educacionais – 2014 .....	46
Quadro 16: Organizadores – 2014 .....	47
Quadro 17: Público Alvo – 2014 .....	47
Quadro 18: Região Territorial – 2014 .....	48
Quadro 19: Análise Geral do Direito de Aprender – 2015 .....	51
Quadro 20: Prestação de Contas – 2015.....	51
Quadro 21: Temáticas Educacionais - 2015.....	52
Quadro 22: Organizadores – 2015 .....	52
Quadro 23: Público Alvo – 2015 .....	53
Quadro 24: Região Territorial - 2015.....	53
Quadro 25: Análise Geral do Direito de Aprender – 2016.....	56
Quadro 26: Prestação de Contas – 2016 .....	56
Quadro 27: Temáticas Educacionais - 2016.....	57
Quadro 28: Organizadores – 2016 .....	57

Quadro 29: Público Alvo – 2016 .....	58
Quadro 30: Região Territorial – 2016 .....	58
Quadro 31: Iniciativas 2012-2016 .....	62
Quadro 32: Prestação de Contas 2012 - 2016.....	68



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Temática Gerais 2012 – 2016.....	63
Gráfico 2: Organizadores 2012 – 2016 .....	64
Gráfico 3: Público Alvo 2012 – 2016.....	66
Gráfico 4: Região Territorial 2012 – 2016 .....	67
Gráfico 5: Investimentos 2012-2017.....	69

## **LISTA DE SIGLAS**

AGEE – Agenda Globalmente Estruturada para Educação

APDMCE - Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará

CEMC – Cultura Educacional Mundial Comum

CONGEMAS - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

DCNEIS - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EU – União Europeia

MEC – Ministério da Educação

ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OTI – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa

PNAIC - Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa

SME – Secretaria Municipal de Educação

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes em Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas Educação, Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>3 UNICEF E SEU PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>26</b>
<b>4 CONTEXTO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.....</b>	<b>61</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em setembro de 2015 fui aprovada no programa internacional de intercâmbio Erasmus Mundos, o qual forneceu uma bolsa de estudos no período de ano na Universidade de Patras - Grécia. Vinculado a Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), a oportunidade de estudar fora me proporcionou conhecer em junho de 2016 a sede do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) na cidade de Genebra, o qual gerou certa motivação para que eu pesquisasse mais a fundo a atuação do órgão, visto seus 70 anos de existência nos 191 países em que se faz presente hoje. Toda essa experiência abriu meus olhos para enxergar a enorme influência de organizações internacionais que atuam no campo de políticas educacionais dentro da esfera nacional de vários países e que conseqüentemente exercem sobre os direitos de milhares de crianças e adolescentes. Desta forma me propus investigar as intervenções do UNICEF na educação pública brasileira.

Nas últimas décadas, o mundo tem acompanhado propostas e indicadores de grandes agências internacionais bastante influentes na definição das políticas de uma agenda educativa, como a ONU (Organização das Nações Unidas), a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a União Europeia, a OMC (Organização Mundial do Comércio), o Banco Mundial, entre outros, que embora assumam níveis diferentes de influência em cada país, tem aparentemente apresentado propostas a partir de discursos globalmente estruturados para educação. (DALE, 2001) O sociólogo inglês Roger Dale exhibe em seu trabalho sobre uma política global que “[...] implica especialmente em forças econômicas operando supra e transnacionalmente para romper, ou ultrapassar, as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo que reconstróem as relações entre as nações. ” (2001, p.136). Essas novas conexões mundiais certamente se pautam em acordos de interesses multiculturais, o qual tem se expandido cada vez mais a diversas áreas da sociedade, inclusive a propostas e mudanças significativas nos sistemas educacionais.

Zygmunt Bauman explica para uma catástrofe natural ou desordem global, referente as forças erosivas transnacionais, que refletem a “falta” do que era anteriormente controlado ou tecnicamente controlado pelas nações-estados visto o mover acelerado do capital que, de fato, tem transformado a história política, econômica e social de todas e entre todas as nações. (BAUMAN, 1999).

Adentro da concepção de globalização e políticas educacionais nacionais, BURBULES e TORRES afirmam que: “[...] as tarefas da educação na formação da cidadania nacional

deverão necessariamente mudar em direção a um maior reconhecimento da diversidade e interdependência globais ” (2004, p.32), o que nos leva a refletir sobre o “poder gerenciador” de organismos internacionais no qual nações do mundo todo estão sendo submetidas numa perspectiva global de educação. Analisando adentro do contexto de países subdesenvolvidos, as políticas transnacionais nos sistemas educacionais passam a ser ainda mais acentuadas, como bem identificado na declaração de Teodoro ao afirmar: “A formulação das políticas educativas, particularmente nos países de periferia (e da semiperiferia) do sistema mundial, começou a depender, cada vez mais, da legitimação e da *assistência técnica* das organizações internacionais. ” (2003, p.51)

O histórico social entre a parceria de países e de organizações internacionais, se torna essencial para compreender a dimensão de suas relações, reconhecendo a relevância dos acordos e da definição de políticas globais. Portanto, faz-se necessário pontuar o surgimento do órgão em estudo e apresentar um breve histórico do programa em cooperação com o país em parceria até que se atinja o contexto atual de suas ações em conjunto.

Mediante essas discussões, busquei no referente estudo, levantar uma reflexão e diálogo com autores que discorrem sobre globalização e influências transnacionais para esclarecer indagações a respeito da atuação de organismos internacionais que, assim como o UNICEF, tem mediado e contribuído para o desenvolvimento de políticas educacionais de modo a intervir diretamente na promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Assim, expresso a importância deste estudo que, em paralelo com autores, evidencia relações que ultrapassam fronteiras, luta pela garantia dos direitos humanos e busca o avanço de uma sociedade que priorize acima de tudo a criança e a educação.

A pesquisa objetiva em linhas gerais mapear as principais frentes de atuação do UNICEF na educação pública brasileira nos últimos cinco anos e estabelece como objetivos específicos: investigar as áreas dos direitos humanos de crianças e adolescentes que vêm sendo assegurados pelo UNICEF, analisar as estratégias de programas e projetos em que órgão tem operado e identificar as regiões prioritárias de atuação no território brasileiro. Deste modo, proponho realizar no devido estudo uma pesquisa de natureza qualitativa, a partir da análise documental e bibliográfica. A fim de contextualizar a metodologia estabelecida, farei um breve levantamento do contexto inicial das pesquisas qualitativas com base nos estudos dos autores Bogdan e Biklen (1994) em seu livro “Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teorias e métodos”. O contexto histórico da investigação educacional tradicional, tem início nos anos de 1945, que embora reconhecida pelo congresso, exigiu que pesquisadores de metodologias qualitativas esperassem um longo período até que seus trabalhos deixassem de

ser considerados marginais. O século dezenove é marcado nos Estados Unidos pela publicação das condições degradadas da vida urbana nos jornais de todo país, o que se fez necessário a partir disso respaldos mediante a tais discursos, que conseqüentemente levou ao surgimento de “movimentos dos levantamentos sociais”. (BOGDAN, BIKLEN 1994, p.20)

Estudos antecedentes de levantamentos sociais através de trabalhos de campo conduzidos na Europa, contribuíram fortemente para o histórico da pesquisa qualitativa, em especial a publicação das pesquisas do casal Webb, que possibilitaram as primeiras discussões práticas no Estados Unidos. Disso se seguiram inúmeras pesquisas no país, inclusive educacionais, que embora articulavam entre o qualitativo e o quantitativo, apresentavam descrições detalhadas, além de representarem meio caminho entre a narrativa e o estudo científico. (BOGDAN, BIKLEN 1994).

Com o surgimento da antropologia e da sociologia, a pesquisa qualitativa conseguiu dar passos significantes na história, enfatizando a natureza social e os conflitos da sociedade; porém foram nos anos sessenta que investigadores educacionais se aproximaram mais das abordagens qualitativas e estes métodos passaram a ser até mesmo financiados por agências estatais. As mudanças sociais da época buscavam descrições esclarecedoras no âmbito escolar, e ganharam popularidade quando também se faziam presentes nas camadas socialmente desfavorecidas. Segundo Bogdan e Biklen “os métodos de investigação qualitativa representavam o espírito democrático em ascendência na década de sessenta. ” (1994, p.38). Desta época em diante as pesquisas qualitativas foram ganhando mais força a cada ano e seu processo evolutivo tornou-se respeitado na concretização de pesquisas mais complexas no âmbito da educação.

Seguindo as estratégias adotadas neste estudo, a pesquisa dispõe de análise bibliográfica e, portanto, visou neste ponto evidenciar a sistematização e análise de produções de caráter acadêmico-científico acerca da temática central da pesquisa. Para Lima e Miotto (2007), ao referir-se sobre a pesquisa bibliográfica afirmam,

[...] é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objetivo de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, diferente da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existe. (2007, p.44)

Torna-se evidente a importância da pesquisa bibliográfica ao empregar este como fonte de princípios e fundamentos que venham servir de suporte para maiores esclarecimentos dos objetivos em estudo. É justamente no referente artigo que as autoras expõem três passos importantes a serem seguidos nos estudos que fazem uso da pesquisa bibliográfica como

procedimento metodológico, e que certamente integram este trabalho, são eles: a exposição do método (definição do percurso metodológico); a construção do desenho metodológico e a escolha dos procedimentos; e a apresentação do percurso da pesquisa. Portanto, em busca de maiores informações quanto a tônica do estudo e uma compreensão mais específica da atuação do UNICEF no Brasil, tendo este como influente organismo internacional, apresento referências bibliográficas significativas para embasamento da pesquisa, como Dale R.(2001), Teodoro A.(2003), Bauman Z.(1999), e Burbules N. C., Torres C. A.(2004), que permeiam pelo discurso de globalização e/ou educação. Ademais foi realizado um levantamento de artigos e teses tendo como conceitos nos títulos e palavras-chave dos documentos as seguintes palavras: UNICEF. Educação. Globalização. Políticas Educacionais. Do todo desta busca, foram selecionados três artigos e uma tese, os quais serão utilizados para composição da análise bibliográfica e busca por maiores esclarecimentos acerca da temática.

Por fim, como mencionado anteriormente, o estudo contempla análise documental, pleiteado por Sá-Silva, Almeida e Guindani(2009) da seguinte forma

[...]O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. (SÁ-SILVA, J. R et al., 2009, p.2)

Mediante a isso obtive por meio do acervo digital do UNICEF, os relatórios brasileiros anuais do órgão dos anos de 2012 a 2016, documentos essenciais para análise e fundamento da pesquisa. Este importante instrumento de investigação delineia de forma geral as principais ações do ano, envolvendo programas e projetos traçados ou apoiados pela organização, além da prestação de contas, ou seja, arrecadação e aplicação dos recursos financeiros, alianças corporativas e a relação das instituições apoiadas do ano.

A investigação realizada a partir deste material possibilitou verificar a sessão, adentro do documento, responsável por divulgações voltada especificadamente para a educação. A partir disso, identifiquei cada iniciativa realizada pelo UNICEF que fora descrita dentro do campo da educação, – intitulado em suma maioria como “direito de aprender” – e os enquadrei de acordo com seis “premissas”, geradas por meio de dados indicados nos próprios relatórios, sendo estas: iniciativa, temática, organizadores, público alvo, região territorial e investimentos financeiros.

Apresento a seguir a linha de desenvolvimento dos conteúdos de cada capítulo, partindo de uma base teórica em torno da temática à análise e discussão da atuação do UNICEF na educação pública brasileira.

No capítulo 2 apresento o movimento acelerado do capital mundial e o efeito da globalização, um processo muito debatido desde meados do século XX, proveniente de políticas globais com grande influência de organismos internacionais no qual tem impactado significadamente a educação ao redor do mundo.

No capítulo 3 destaco previamente um breve histórico do surgimento do UNICEF e a instauração da agência no Brasil. Em seguida, investigo as iniciativas do UNICEF frente a educação através da análise detalhada de cada um dos relatórios anuais dos últimos cinco anos.

No capítulo 4 discorro sobre a análise geral desses últimos cinco anos, identificando as ocorrências em destaque que fizeram parte de um processo mais prolongado e que pôde ser identificado ao acompanhar a trajetória de suas iniciativas durante esse período.

Por fim encerro a discussão compondo, em paralelo com autores, uma articulação entre a influências educacionais de forças globais e as ações de organizações internacionais dentro das nações-estados, tendo em base a análise das iniciativas do UNICEF no Brasil.



## 2 GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Ao início de minhas indagações sobre a ação de organismos internacionais, tinha a princípio uma visita ao UNICEF, agência da ONU presente em todos os continentes, traçando e apoiando programas em muitos países. Suas iniciativas me chamaram muita atenção visto a amplitude de seus programas e projetos, contando com parcerias de governos federais, de empresas privadas, organizações da sociedade civil e outros. Desde o princípio sua atuação e influência me pareceu evidentemente grande, capaz de alcançar e movimentar âmbitos importantíssimos e fundamentais de uma nação como a educação.

Partindo deste contexto, passei a buscar por periódicos que pudessem ampliar a perspectiva de uma agência internacional para um cenário mais global sobre o movimento dessas organizações no âmbito educacional, visando compreender o funcionamento delas na atualidade. Me deparei cercada de bibliografias que abordavam temáticas sobre organizações internacionais e globalização e/ educação, fazendo deste conjunto uma base mais sólida para enxergar a dinâmica entre tempo, espaço, comunicação, educação e órgãos internacionais.

Em tempos modernos ou pós-modernos, as abordagens sobre globalização e educação são frequentes a medida que, por um lado, o termo globalização tem sido bastante debatido desde o final do século passado e recebeu atribuições com diversos significados, e por outro, a educação vinha – e permanece – sendo (re)pensada para além do seu poder sócio-transformador, contemplando também suas inúmeras possibilidades na atualidade. Portanto as mudanças provenientes deste século não são poucas, especialmente se analisarmos a aceleração do capital e a reconfiguração da economia global, que aparentemente tem sido responsável por transformar e nortear as principais – se não todas – esferas da sociedade.

O sociólogo Zygmunt Bauman (1999), propõe uma análise muito significativa sobre as mudanças de tempo e espaço como uma das evidências dessa “nova configuração mundial” chamada globalização. A história da humanidade nos permite enxergar enormes avanços tecnológicos na comunicação e acesso entre indivíduos no mundo todo, “separados” anos e anos pelos inúmeros desafios que a distância territorial lhes impunha. Durante muito tempo “pessoas que investem”, providos de capital (BAUMAN, 1999, p16) tiveram de enfrentar situações difíceis para superar esses obstáculos em prol da expansão do mercado. Contudo, não demorou muito para que as ordens e estratégias de investimentos fossem completamente transformadas na era moderna pelo poderio tecnológico.

Desta forma, o tempo e espaço foram ganhando novas dimensões, a medida que “o movimento da informação ganhava velocidade num ritmo muito mais rápido do que a viagem

dos corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava. ” (BAUMAN, 1999, p.22) A velocidade com que se transforma e informa, e vice-versa, foram de fato um movimento revolucionário para mercados das finanças mundiais, basta observar o andamento na bolsa de valores e o ritmo acelerado de investidores e acionistas, certificando de que estes “correm contra o tempo”, mas não estão mais presos ao espaço, afinal de contas, “ o aparecimento da rede de computadores pôs fim – no que diz respeito à informação – à própria noção de “viagem”, [...]tornando a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática.”(BAUMAN, 1999, p.22)

Seguindo a compreensão tempo/espaço considerado por Bauman(1999), as limitações de espaço fora também remodelados, tornaram-se praticamente “inexistentes”, no sentido de deixarem de ser uma preocupação de escalas geográficas, permitindo com que fronteiras sejam “constantemente ultrapassadas”, livres para estabelecer novas relações e criando cada vez mais independência a organizações supranacionais. Esta configuração de espaço é realçada através de um novo planejamento, racionalizado e não natural (BAUMAN, 1999) o chamado “ espaço *cibernético* do mundo humano com o advento da rede mundial de informática. ” (BAUMAN, 1999, p.24)

Bauman (1999) pondera que essa “flexibilidade” de mobilidade nas relações de mercado interno e externo contribuiu para

[...]uma nova assimetria entre a natureza extraterritorial do poder e a contínua territorialidade da “vida como um todo” – assimetria que o poder agora desarraigado, capaz de se mudar de repente ou sem aviso, é livre para explorar e abandonar às consequências dessa exploração. Livrar-se das responsabilidades pelas consequências é o ganho mais cobiçado e ansiado que a nova mobilidade proporciona ao capital sem amarras locais, que flutua livremente. (BAUMAN, 1999, p.16-17)

A partir destes princípios de tempo e espaço, passa-se a compreender a globalização de uma forma mais abrangente e nos leva a uma percepção mais a fundo de suas raízes, que de acordo com Burbules e Torres (2004, p.17) é possível “localizar as origens da globalização há mais de um século, com mudanças nas tecnologias de comunicação, nos padrões de migração e nos fluxos de capital (por exemplo, como aqueles afetados pelo processo de colonização do Terceiro Mundo). ” (BURBULES, N; TORRES. C. 2004, p.17).

Em busca de maior esclarecimento a respeito das influências globais nos sistemas nacionais de educação, faz-se necessário configurar o significado de globalização e suas implicações na educação. Burbules e Torres apresentam diferentes perspectivas sobre

globalização das quais, muito significativas, serão (algumas) reafirmadas por autores ao longo do trabalho.

Para alguns deles, o termo refere-se para o surgimento de instituições supranacionais, cujas as decisões moldam e limitam as opções de políticas para qualquer Estado específico; para outros, ele significa o impacto avassalador dos processos econômicos globais, incluindo processos de produção, consumo, comércio fluxo de capital e interdependência monetária; ainda para outros, ele denota a ascensão do neoliberalismo como um discurso político hegemônico; para uns ele significa principalmente o surgimento de novas formas culturais, de meios e tecnologias de comunicação globais, todos os quais moldam as relações de afiliação, identidade e interação dentro e através dos cenários culturais locais; e para outros, ainda, a “globalização” é, principalmente, um conjunto de mudanças *percebidas*, uma construção usada pelos legisladores para inspirar o apoio e suprimir a oposição a mudanças, porque forças maiores [...] não deixam “nenhuma escolha” ao Estado, além de agir segundo um conjunto de regras que não criou.(BURBULES, N; TORRES. C. 2004, p.11)

Esse conjunto de definições nos auxilia a compreender a magnitude de aspectos que a globalização se encontra atrelada, para além da concepção de tempo e espaço anteriormente mencionado, auxiliando-nos a enxergar o termo como um processo, ou seja, um efeito, de causa ainda duvidosa para muitos, mas que certamente não se limita às iniciativas e empreendimentos globais (BAUMAN, 1999).

Ao fim do século XX, Bauman afirma em linhas gerais que para todos globalização representava “[...] o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo “globalizados” – e isso significa basicamente o mesmo para todos” (1999, p. 266). A noção de globalização foi-se alastrando e com isso, sua efetivação na sociedade tornou-se cada vez mais evidente, certificando o impacto desse processo em todas as esferas da sociedade. Contudo, ao longo do tempo, as concepções foram modificadas e surgiram novos significados, o que obviamente, já não se encaixaria a todos os conceitos.

Como vimos acima, as várias possibilidades de atribuição ao termo, nos leva a percepção de que as diferenças se destoam especialmente sob uma óptica homogênea, ou não, da influência da globalização, o que denota uma perspectiva mundial/universal versus uma análise global de seus efeitos dentro dos diversos contextos. Para Bauman, a expressão universalização carrega a conotação de “produção de ordem numa escala universal”, “expandir a mudança e a melhoria em escala global” e “tornar semelhante as condições de vida de todos”, (BAUMAN, 1999, p.67) o que para o autor não traduz o significado de globalização, pelo contrário, contrapõe o discurso atual do termo.

A análise entre mundial e global é também retratado por Dale (2001) em seus estudos

sobre globalização e educação – a ser aprofundado ainda neste capítulo – mas que neste momento contribui enormemente para disparidade das abordagens em questão. Dale as caracteriza da seguinte maneira,

Tanto “Mundial” como “Global” implicam um foco extra nacional. A principal diferença relevante entre elas é que a primeira conota uma sociedade, ou política, internacional constituída por estados-nação individuais autônomos; o que se pressupõe é essencialmente uma comunidade internacional. “Global”, pelo contrário, implica especialmente forças económicas operando supra e transnacionalmente para romper, ou ultrapassar, as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo que reconstruem as relações entre as nações. (DALE, 2001, p.136)

Neste sentido é possível olhar para o cenário Global, como descrito acima por Dale, e reconhecer o enorme crescimento de políticas globais e sua influência, apontando para “uma integração econômica de economias nacionais (mercados comuns de livre comércio e assim por diante), a crescente concentração do poder em organizações supranacionais (como o Banco Mundial, o FMI, a ONU, a União Europeia e o G7). ” (BURBULES, N; TORRES. C. 2004, p.15). Ainda sobre isso, Burbules e Torres afirmam: “De maneira clara, a crescente integração da economia direciona-se rumo a um mundo sem fronteiras e proporciona evidências consideráveis da redução da capacidade dos governos nacionais controlarem as suas economias ou defenderem seus objetivos econômicos nacionais. ” (BURBULES, N; TORRES. C. 2004, p.16).

Ao olhar para o Estados adentro de todo esse discurso a respeito da globalização, autores defenderão diferentes visões a respeito da autonomia das políticas nacionais frente a forte influência de potências mundiais.

Bauman(1999) pontua que a reconfiguração de mercado leva a economia estar sempre um passo à frente de qualquer Estado, estando este – em parte – fora da ‘zona de controle’, alegando o autor: “Uma vez que as nações-estados continuam sendo as únicas estruturas para um balanço e as únicas fontes de iniciativa política efetiva, a “transnacionalidade” das forças erosivas colocó-as fora do reino da ação deliberada, proposital e potencialmente racional.” (1999, p.63,34). O autor deixa claro a respeito do enfraquecimento do Estado, nomeando de “definhamento” das nações-estados, e afirma que em busca de manter a ordem “os Estados tiveram que buscar alianças e entregar voluntariamente pedaços cada vez maiores de sua soberania. E quando a cortina foi afinal descerrada, descobriu-se um cenário desconhecido, povoado por estranhas personagens. ” (1999, p.72).

Toda essa discussão evidencia a vulnerabilidade da qual os Estados estão propensos, superestimando organizações transnacionais e submissos a influências de políticas globais, o

que não abala apenas as estruturas econômicas dos países, mas obviamente as políticas nacionais dos Estados e de modo geral, toda a sociedade.

Em uma perspectiva neoliberal, Burbules e Torres (2001) apresentam globalização a partir de políticas globais dominantes, não irreversíveis, no sentido passivo de uma inevitabilidade, mas capazes de tomar as rédeas da nova reestruturação econômica, frente a intervenção mínima do Estado, que propicia privilégios a grandes corporações e reforça consequentemente a segregação de classes. Assim, os autores alegam:

“[...] a globalização da economia produziu uma unificação do capital em escala mundial, enquanto trabalhadores e outros grupos subordinados tornam-se mais fragmentados e divididos. De fato, a reestruturação neoliberal está operando através da dinâmica impessoal da competição capitalista em um mercado comum que é progressivamente desregulado, aumentando o impacto local das tendências globais. Os Estados tornam-se cada vez mais internacionalizados, no sentido de que suas agências e políticas ajustam-se aos ritmos da nova ordem mundial. (BURBULES, N; TORRES. C. 2004, p.14,15)

Até aqui busquei contextualizar a enorme influência de organismos internacionais, que operam muito além de suas políticas internas, favorecendo para um novo mover da economia global, – e porque não de organização social – que não homogênea, mas extremamente impactante, tem gerado um movimento incessante entre nações em prol do equilíbrio de suas políticas internas e externas que as impeçam de entrarem em colapso neste mundo acelerado e imprevisível.

A seguir proponho analisar os efeitos da globalização na educação, que claramente não está imune a todo esse mover do capital e das “forças modeladoras do caráter transnacional”, (BAUMAN, 1999) mas que oferece mudanças ao sistemas educacionais nacionais e até mesmo riscos a sociedade, uma vez que, concebido enquanto direito de todos sob responsabilidade do Estado, “[...] as implicações políticas da educação superam as condições de indivíduo ser educado e constituem um conjunto estratégico de decisões que afetam a sociedade maior, de onde vem a importância da educação como política pública e o papel do Estado.” (BURBULES, N; TORRES. C. 2004, p.12).

Resgatando a colocação entre mundial e global, apresentado anteriormente neste capítulo por Dale (2001), venho ressaltar seu estudo na relação entre globalização e educação, partindo de sua própria análise ao afirmar que “[...] a globalização, na medida em que pode afectar as políticas e as práticas educativas nacionais, implica a apreciação da natureza e da força do efeito extra nacional, o que é que pode ser afectado e como é que esse efeito acontece.” (DALE, 2001, p.131)

A visão contrária entre mundial e global (DALE, 2001) sob os efeitos da globalização, torna-se ainda mais visível quando analisado sob a perspectiva educacional, em que influências globais tendem aparentemente deixar suas posições e objetos políticos bem definidos, – partindo obviamente de seus interesses – pronto para ser atraído pelo olhar contemplador das políticas nacionais, quer por um modelo universal, que por pretextos econômicos mundiais.

As duas abordagens teóricas destacadas acima são apresentadas por Dale ao pleitear sobre “Cultura Educacional Mundial Comum” (CEMC), desenvolvida por John Meyer e parceiros, e a segunda sobre uma “Agenda Global Estruturada para a Educação” (AGEE), abordagem defendida pelo próprio autor.

A primeira concepção (CEMC), tem sido argumentada por investigadores que segundo Dale(2001) são descritos como “institucionalistas mundiais”, ao defenderem um olhar universal, ou seja, uma ideologia de supremacia do ‘mundo dominante’, associado ao ocidente, em que a autonomia dos Estados e suas instituições passa a ser questionado, tendo em vista uma influência mundial comum de normas e culturas capaz de molda-los.(2001, p.136)

A segunda teoria (AGEE) de Roger Dale<sup>1</sup> parte de uma análise da reconfiguração econômica global, e por sua vez questiona os efeitos da globalização em busca de compreender o impacto das forças supranacionais, ainda que mediados pelas políticas locais, sobre os sistemas educativos nacionais.

A colocação presente nessas abordagens dos termos “agenda estruturada” e “cultura” destoam, visto que esta “[...]implica a partilha – e o ser igualmente acessível – de um conjunto de recursos a um alto nível de generalidade; aquela, um conjunto sistemático de perguntas incontornáveis para os estados-nação, enquadradas pela relação destes com a globalização.” (DALE, 2001, p.136).

Analisando mais a fundo a perspectiva de institucionalistas mundiais no enfoque educacional, torna-se evidente que a CEMC, sob forte influência cultural do ocidente, não corresponde como sendo “[...]autonomamente construídas a um nível nacional, as políticas nacionais são em essência pouco mais do que interpretações de versões ou guiões que são informados por, e recebem a sua legitimação de, ideologias, valores e culturas de nível mundial. (DALE, 2001, p.139) Isso indica que políticas nacionais não estariam meramente se “inspirando” em propostas educacionais mundo a fora ou sendo alvo de efeitos globais mais amplos e complexos, mas que, de fato, consentem com uma homogeneidade de categorias e currículos educacionais, como por exemplo as políticas de escolarização de massas.

---

1. Dale (1998a, 1998b).

Assim, a CEMC caracteriza-se pelo zelo de categorias dos sistemas educativos semelhantes entre os Estados-nações, onde, mesmo que estes concebam os referidos princípios a partir de suas particularidades e limitações, tudo aponta para um “padrão”.

Como já reportado as noções teóricas da AGEE apresentado por de Dale (2001), a abordagem nos leva a compreender sobre uma perspectiva que configura certa preocupação com o processo e consequências das mudanças nas políticas educacionais nacionais e suas relações com a globalização. Deste modo, o autor aponta a priori vários questionamentos em busca de esclarecer os “novos” rumos e concepções da educação e afirma,

Para a AGEE, a educação, enquanto variável dependente neste processo, centra-se em três questões fundamentais: a quem é ensinado o quê, como, por quem e em que circunstâncias?; como, por quem e através de que estruturas, instituições e processos são definidas estas coisas, como é que são governadas, organizadas e geridas?; quais são as consequências sociais e individuais destas estruturas e processos? (DALE, 2001, p.149)

A partir disto, nota-se que para Dale as tendências dos sistemas educativos englobam minúcias muito mais complexas que o olhar mundial/universal nos diversos contextos de políticas educacionais, e também de normas ditas “irreversíveis” no movimento frenético das políticas globais. Dale (2001) alega que os modelos da governação educacional permanecem sob o controle do Estado e ainda que este transmita certa desresponsabilização de suas ações, [...] A educação permanece um assunto intensamente político no nível nacional, e moldado por muito mais do que debates acerca do conteúdo desejável da educação. (DALE, 2001, p.151).

Essa discussão nos leva a salientar as responsabilidades do Estado, que embora sejam fortemente influenciadas por políticas supranacionais, de longe deixam de assumir suas posições políticas internas por pressões de forças modeladoras do caráter transnacional, o que evidentemente, conforme o atual cenário, reforça sua desresponsabilização nas diversas esferas da sociedade, inclusive em questões que dizem respeito às políticas educacionais.

As intervenções mínimas do Estado, (e conseqüentemente sua desresponsabilização) fora previamente abordado sob um olhar amplo dos efeitos globais, contudo, buscando compreender suas implicações nas políticas educacionais, Burbules e Torres exibem uma perspectiva neoliberal da globalização, destacando que as ações “[...] implementada por organizações bilaterais, multilaterais e internacionais, reflete-se em uma agenda educacional que privilegia, se não impõe de modo direto, certas políticas de avaliação, financiamento, padrões, formação de professores, currículo, instrução e testes.”(BURBULES, N; TORRES. C. 2004, p.19). Neste sentido, de grande influência externa, Dale afirma:

[...] os quadros regulatórios nacionais são agora, em maior ou menor medida, moldados e delimitados por forças supranacionais, assim como por forças político-econômicas nacionais. E é por estas vias indirectas, através da influência sobre o estado e sobre o modo de regulação, que a globalização tem os seus mais óbvios e importantes efeitos sobre os sistemas educativos nacionais (DALE, 2001, p. 151)

Mediante toda esta discussão sobre globalização e globalização e educação, sigo daqui em diante em busca de esclarecer em âmbitos locais a relação entre estas abordagens. De acordo com o que temos discutido, seria possível encontramos um “suposto equilíbrio” entre as necessidades internas nacionais e as “tendências” das relações globais haja vista a análise dos quadros regulatórios? Quais seriam os reflexos da agenda global no plano nacional? Sardagna(2006), ao discutir sobre o imperativo de educação para todos, faz uma importante ressalva sobre os questionamento levantados.

“Sem dúvida, acredito nos muitos benefícios de uma educação que esteja de fato ao alcance de todos. Contudo, os discursos que constituem as políticas educacionais, através dos processos de significação, vão produzindo modos específicos de ser aluno, sujeito, cidadão, cujos sentidos estão também nos discursos econômicos, sociais, culturais em âmbito nacional e internacional, que tecem as práticas da globalização. Nesse movimento penso que existem poucas possibilidades de se construir princípios locais para cidadãos locais, em detrimento às produções de culturas globais que delineiam culturas locais.” (SARDAGNA, 2006, p.6).

O impacto de produções culturais globais não necessariamente traduz a homogeneização de políticas educacionais, mas sim enfatiza a representação de esforços coletivos em uma vasta gama de diversidade cultural, política e econômica de cada nação, gerando desta forma meios que não somente vulnerabiliza mas tange os princípios e valores locais de um povo.

Portanto, em relação a agenda educativa, torna-se relevante analisar não somente estratégias de ‘bem comum’, mas edificar políticas significativas a seus contextos, como apresentado a seguir,

De outra parte, podemos pensar que a agenda educativa em andamento, se não tem o objetivo de homogeneizar a educação no planeta, também não elide o fato de que há lineamentos originários das organizações internacionais. Trata-se aqui de produzir, nas diferentes regiões do mundo, uma reforma educativa com inúmeros elementos comuns, com um discurso uniforme, porém capaz de conduzir a resultados educacionais diferentes em países distintos, segundo a posição diferenciada que ocupam na divisão internacional do trabalho (EVANGELISTA; SHIROMA, 2005, p.247 apud FULLGRAF, 2007).

Seguindo um olhar cuidadoso acerca de uma agenda global, Antunes(2005) discute sobre a importância de analisar seus efeitos a nível local e ao nível nacional, sendo esta agenda, moldada a partir das relações globais e do contexto nacional. Assim, Antunes declara: “A



agenda é globalmente estruturada no Brasil, como em Portugal, mas é diferentemente estruturada não só porque se trata de contextos distintos, mas porque a posição no sistema internacional é diferente. ” (ANTUNES, 2005, p.451).

Portanto, visto a vulnerabilidade em que os Estados estão propensos e o posicionamento interno/externo nacional frente as políticas globais, observa-se um cenário agravante, que tem conduzido a sérias preocupações sobre as atuais políticas educacionais nacionais e seus efeitos colaterais “futuros”. Desta forma, se levantarmos dados especificamente do Brasil, podemos observar que o país não apenas sofre por suas enormes desigualdades, como também tem de lidar com as diversidades culturais espalhadas por todo território brasileiro. Se definir políticas públicas nacionais a esse “caldeirão de diversidades culturais” parecia extremamente desafiador e dificultoso, como então projetar propostas a todo país tendo em vista uma agenda global? Freitas(2005) indica uma posição não tão favorável a políticas educacionais em âmbito local, alegando: “[...] mais do que os fatores culturais, as agendas estabelecidas pela economia política global orientam a elaboração de políticas educacionais, de sorte que estas não são respostas a problemas localmente percebidos.”(FREITAS, 2005, p.83)

Em um contexto muito mais abrangente, porém real, poderíamos exemplificar as tomadas de decisões exercidas a partir de interesses entre a “dinâmica” das políticas locais e globais através dos atuais e maiores eventos esportivos sediados em 2014 e 2016 pelo Brasil. A Copa do Mundo e as Olimpíadas refletem nada menos do que grandes atrativos mundiais geradores de inúmeros benefícios políticos e principalmente econômicos ao país sede. No entanto, como explicar o olhar sedento de uma nação por tais “festividades” – e consequentemente responsabilização de enormes gastos públicos – enquanto a realidade local da população destoa entre as demais nações com índices repugnantes em educação, saúde e segurança realizados por organizações internacionais como a ONU, OMC, OCDE, OIT e outros.

Ao meu ver, essas ações surgem – além de vantagens particulares – de políticas neoliberais, do qual omitindo-se de suas responsabilidades primordiais, o Estado mergulha em uma “[...]fé cega no mercado (por exemplo, nos apelos por mais privatizações de escolas[...]) e pela esperança de que o crescimento econômico gere um excedente para ajudar o pobre, ou que a caridade privada assuma aquilo que os programas estatais deixam de fora. ” (BURBULES, N; TORRES. C. 2004, p.15).

Antônio Teodoro (2003) contribui enormemente com a discussão dos impactos da globalização e educação a nível local, a medida que compartilha suas reflexões a respeito da atuação semelhante de organizações internacionais em Portugal e Brasil, países completamente

distintos, porém ambos apresentam laços histórico-culturais e problemas de agenda político-pedagógica, tidos como países de periferia ou semiperiferia dentro de seus contextos. O autor expõe como parte de suas reflexões a visão – já contextualizada neste capítulo – de Roger Dale(1988) a respeito das relações entre globalização e educação, contudo, torna-se relevante apresentar as concepções abordadas por Teodoro, a medida que este salienta a atuação dos organismos internacionais, o qual no capítulo seguinte será tomado como ferramenta de análise central de uma dessas organizações em específico.

A expansão do surgimento de novas organizações internacionais<sup>2</sup> fez com que as problemáticas educativas passassem a integrar seu campo de atuação, favorecendo a internacionalização da temática. Com o crescimento de suas influências, esses órgãos criaram “leis gerais” e uma rede de contatos entre os vários profissionais e especialistas para compartilhar as possibilidades e mudanças nos vários segmentos da educação. Essa ação conjunta firmou a concepção da Educação Comparada, caracterizada principalmente por quatro pontos: 1) ‘Ideologia do progresso’; a educação tida como solução para o desenvolvimento socioeconômico, 2) ‘Conceito de ciência’; orquestrando a partir da racionalização do ensino, 3) ‘A ideia do Estado-nação’; como alvo de análise segundo suas condutas, e 4) ‘Definição do método comparativo’; tem na retórica da objetividade e da quantificação a sua dimensão principal. (TEODORO, 2003, p.51,52)

Neste sentido, com o aumento entre as competições e comparações, exibindo diferenças e semelhanças entre dois ou mais países, deixou-se de apreciar ou compreender as diversidades, visto que “[...]o recurso ao *estrangeiro* funciona, prioritariamente, como um elemento de *legitimação* de opções assumidas no plano nacional, e muito pouco como um esforço sério de um conhecimento contextualizado de outras experiências e de outras realidades” (TEODORO, 2003, p.53)

Essas poderosas organizações acabaram por “ditar as regras do jogo” na esfera global, tornando seus conceitos sustentação para as políticas educacionais nacionais, uma vez que fora estabelecido “[...]uma agenda que fixa não apenas prioridades, mas igualmente as formas como os problemas se colocam e equacionam” (TEODORO, 2003, p.54)

Teodoro (2003, p.56) descreve que Portugal, no período entre a pós-guerra – considerado como país semiperiférico – e a adesão à União Europeia, manteve relações estreitas com organizações internacionais, concedendo espaço para maior intervenção dos órgãos na educação. É interessante analisar a atuação enérgica dessas organizações em países de periferia

---

2. Organizações de natureza intergovernamental com a ONU, UNESCO, UNICEF, OMS, OIT, Banco Mundial, FMI, OCDE, OMC, entre outros.

ou semiperiferia e em momentos de fragilidade, o que obviamente conduz a amplas possibilidades de estratégias dos órgãos em busca de uma solidificação política, econômica ou cultural da nação.

Segundo o autor (TEODORO, 2003), o desenvolvimento de políticas globais especialmente a países considerados pobres, foi fortemente sustentado pela transferência tecnológica e a educação. Esses projetos ditos “modernos”, ainda que levassem a certa rejeição e empobrecimento das culturas locais, eram tidos como ideal universal, oferecendo uma “perspectiva otimista para o desenvolvimento econômico nacional assentado em programas de assistência, de caráter *bi* ou *multilateral*, normalmente conduzidos pelas organizações internacionais entretanto criadas.” (TEODORO, 2003, p.84) Toda essa rede de influência e práticas internas, consentido pelas próprias políticas nacionais, levaram, sob a união de esforços dessas grandes potências, a integração econômica global e então ao chamado “gerencialismo global” – fortemente associado a lógicas neoliberais, já abordado neste capítulo.

Na visão defendida por Roger Dale, Teodoro reafirma sobre os movimentos de forças competitivas e dos efeitos da globalização, realçando uma mudança significativa nas prioridades dos Estados em vista de atrair investimentos de grandes corporações dentro de seus territórios (2003, p.86-87) ou seja, indicando mais uma vez para uma reestruturação econômica global, no qual o capital torna-se responsável por conduzir, em todas as esferas da sociedade, as rédeas do comportamento mundial.

Sendo assim, fecho este capítulo com uma ressalva muito significativa, abordada por Burbules e Torres, ao que diz respeito a todo conteúdo problematizado até aqui, em vista do processo de globalização, do atual contexto na educação e das influências de organismos internacionais no plano global e nacional.

Assim, apesar de a globalização poder refletir um conjunto de mudanças tecnológicas, econômicas e culturais bastante definidas, a forma de sua importância e suas tendências futuras não estão determinadas. Conforme observamos, a especificidade histórica desse processo não garante necessariamente um impacto simétrico e homogêneo ao redor do mundo. Essa narrativa da globalização é bastante diferente da narrativa neoliberal, um discurso que tinha vantagem dos processos históricos de globalização para valorizar certas receitas econômicas sobre como operar a economia (através do livre-mercado, desregulamentação, e assim por diante) – e, por implicação, receitas sobre como transformar a educação, a política e a cultura. (BURBULES, N; TORRES. C. 2004, p.18)

### 3 UNICEF E SEU PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NO BRASIL

Conforme explicitado anteriormente, foi através da minha experiência de intercâmbio que surgiram curiosidades e indagações a respeito da atuação de organismos internacionais na educação pública brasileira, em específico do UNICEF. Por se tratar de emergências humanitárias e direitos de crianças e adolescentes no mundo todo, o UNICEF despertou grande interesse para realização do referido trabalho.

Desta forma, prosigo com um breve histórico do surgimento do fundo nos anos 40 e sua instalação no Brasil, apresentando marcos importantes de sua trajetória em solo brasileiro, o qual acentua parte de suas conquistas nos 70 anos de existência do órgão. Visando atingir os objetivos propostos do estudo, parto em seguida para uma explicação e exibição da coleta de dados levantado a partir da análise de cada um dos relatórios brasileiros anuais do UNICEF nos últimos cinco anos; dados dos quais serão explorados em um contexto geral – no período anteposto – no capítulo seguinte.

O surgimento do UNICEF está diretamente associado com a criação da ONU, organização fundada em 1945 em vista de promover a cooperação entre os países e a paz mundial. A ONU está vinculada a 26 programas, fundos e agências, entre eles o UNICEF, que embora conectados através de acordos internacionais, são todos considerados organizações separadas, autônomas, com seus próprios orçamentos, regras e metas. (ONUBR, 2017a).

Durante o período de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, diversos países passavam por dificuldades severas e inúmeras crianças viviam em situações de vulnerabilidade, a fim de fornecer assistência emergencial a estes pequenos cidadãos na Europa, no Oriente Médio e na China, foi instituído em 11 de dezembro de 1946 o Fundo das Nações Unidas para Infância. Desde então, o Fundo passou a representar o compromisso do sistema da ONU com as crianças, na luta pela sobrevivência, proteção e desenvolvimento. Segundo declarações da ONU o trabalho do UNICEF é

[...] orientado pela Convenção sobre os Direitos da Criança, [documento ratificado por 196 países e oficializado como lei internacional no ano de 1990] e seus objetivos têm o apoio da família ONU: desde o foco da UNESCO sobre a educação, dos esforços da OIT para abolir o trabalho infantil, ao representante especial sobre a situação das crianças na guerra; da ajuda proveniente do Programa Mundial de Alimentos (PMA) à campanhas de erradicação de doenças pela Organização Mundial de Saúde (OMS). (ONUBR, 2017b)

Atualmete a sede do UNICEF está localizada na cidade de Nova York, nos Estados Unidos e se dividem em sete escritórios regionais estabelecidos na América Latina e Caribe;

Centro e Leste Europeu e Comunidades de Estados Independentes; Centro e Oeste Africano; Meio Leste e Norte Africano; Sul e Nordeste Africano; Leste Asiático e Pacífico; e Sul Asiático. Além disso contam com um centro de pesquisa em Florença (Itália) e um escritório de suprimentos e operações em Copenhague, Dinamarca.

O histórico do UNICEF no Brasil tem início na década de 1950, quando foi instalado o primeiro escritório em João Pessoa, no Estado da Paraíba. Dali para frente a organização foi se fortalecendo cada vez mais e tornando responsáveis por inúmeras conquistas em favor de meninos e meninas brasileiros em parceria com o governo municipal, estadual e federal; a sociedade civil; o setor privado e grande contribuição da mídia.

A atuação do fundo nos anos 50 e 60 foram marcados pelas políticas de alimentação nas escolas públicas brasileiras, orientando a destinação específica de recursos públicos para um programa nacional de merenda escolar. Já nos anos 70 e 80 o UNICEF promoveu, respectivamente, o ‘Ano Internacional da Criança’, enfatizando a todos os princípios da Declaração dos Direitos da Criança através da divulgação nos cadernos escolares e se dedicaram na luta pela redução da mortalidade infantil, contribuindo com campanhas de aleitamento materno e vacinas contra a poliomielite por todo país. Por fim, as ações nos anos 90 e o presente início do século XXI, destacam-se pela busca na garantia do direito ao registro civil e certidão de nascimento, documentos primordiais – visando a dignidade humana – do cidadão e também pela criação do Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), fundado em parceria com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); além é claro, de importantes iniciativas exercidas no atual momento como o Selo UNICEF Município Aprovado e outras ações a serem apresentadas no decorrer deste capítulo. (UNI, 2017, p.3).

Contudo, ainda em destaque para a década de 90, é relevante ressaltar que o UNICEF teve grande contribuição na mobilização que tornou possível a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança no Artigo 227 da Constituição Brasileira (BRASIL,2010), que logo, favoreceu ao grande marco na história do país em virtude da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mediante isso, o UNICEF afirma “[...]orgulha-se de ter participado, facilitado o processo de debate, redação e aprovação do Estatuto” (UNICEF,2017a). Portanto, a partir de 13 de julho de 1990, o direito à educação que já era defendida no Brasil pela Constituição Federal de 1988, passa a ser assegurado também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que define no Artigo 53 do seguinte modo: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]” (BRASIL, 1990).

Diante dos grandes desafios encontrados a favor do bem-estar de milhões de crianças e

adolescentes no mundo, o UNICEF está hoje diretamente associado a diversas iniciativas, traçados ou apoiados pelo órgão, em âmbito global e regional, em busca de garantir a este público “seus principais direitos: sobreviver e se desenvolver; aprender; crescer sem violência; ser protegido do HIV/aids e prioridade absoluta para a sociedade e governos.” (UNI, 2017, p.3).

Essa série de direitos foi eleito como eixos fundamentais para as ações do UNICEF, o qual caracteriza todo planejamento estratégico e desenvolvimento de programas e projetos que são originados ou apoiados pelo órgão, além de confirmar a estrutura organizacional dos relatórios brasileiros anuais, designado como instrumento fundamental de análise deste trabalho. Desta forma, evidencia-se as principais áreas de proteção dos direitos humanos da criança e adolescentes que vêm sendo assegurado pelo UNICEF.

A seguir, apresento um mapeamento nos últimos cinco anos das principais frentes de atuação do UNICEF na educação pública brasileira. Para isso, focalizei nos relatórios do UNICEF as principais ações do ano no campo “direito a aprender” – área no relatório delimitada às iniciativas voltadas para a educação – e nas prestações de contas, o qual implica na arrecadação e aplicação dos recursos financeiros. Assim, para observação específica no âmbito da educação criei, utilizando quadros, “premissas” para a análise de cada uma das iniciativas descritas nas notas, definindo desta forma, objetos específicos de investigação.

Os quadros foram construídas a partir de dados indicados nos próprios relatórios, o que resultou em 5 premissas, sendo estas: 1)Iniciativa; qual tipo de ação a nota descrita no relatório retrata, 2)Temática; qual o conteúdo central da iniciativa no campo educacional, 3)Organizadores<sup>3</sup>, quais os responsáveis pela elaboração e parcerias da iniciativa, 4)Público Alvo, qual o público ou espaço destina-se a iniciativa, e 5)Região Territorial; quais as áreas de implementação das iniciativas no território brasileiro. Além destes destacou-se também em quadros individuais, os Investimentos Financeiros, dados identificados nos relatórios como “prestação de contas”.

Para além da apresentação dos quadros gerais, propôs, de acordo com as iniciativas relatadas do ano, quantificar e/ou agrupar cada uma das premissas mencionadas acima. Esse exercício contribuiu em especial para levantar informações e conhecer mais a fundo a respeito do funcionamento e estratégias tomadas por diversos programas e projetos.

Em busca de fontes que pudessem fornecer maiores esclarecimentos a respeito das diversas ações, resgatei informações do portal de notícias online do UNICEF e dos sites oficiais

---

3. Os organizadores foram identificados através dos nomes levantados nas notas dos relatórios e também durante a investigação nos sites oficiais de instituições parceiras, contudo, é possível que nem todos organizadores puderam ser contemplados nesta categoria por falta de maiores informações.

das intuições parceiras. O banco de notícias online foi um valioso meio de coleta de informações e permitiu uma visão mais ampla de algumas ações, pois a ferramenta exibe comunicados a respeito de muitas das notas descritas nos relatórios. Estes noticiários fazem parte das publicações da imprensa nacional do UNICEF, a qual disponibiliza informações de janeiro a dezembro dos últimos dez anos.

Desta forma, exponho a seguir o mapeamento realizado a partir dos relatórios anuais do UNICEF de 2012 à 2016.

## RELATÓRIO ANUAL 2012

### Quatro 1: Análise Geral do Direito de Aprender - 2012

<b>INICIATIVA</b>	<b>TEMÁTICA</b>	<b>ORGANIZADORES</b>	<b>PÚBLICO ALVO</b>	<b>REGIÃO TERRITORIAL</b>
Metodologia “Selo Município Aprovado”	Evasão Escolar, Distorção Idade-Série, Inclusão e Educação Contextualizada	UNICEF e Governos Estaduais	Governos Municipais e Sociedade Civil	Amazônia Legal e Semiárido
Protocolo de Intenções	Água e Saneamento básico	UNICEF, Governo Federal	Governos Estaduais	Semiárido
Programa “O Ceará Cresce Brincando”	Direito de Brincar e Inclusão	UNICEF, APDMCE, Vila Sésamo e MetLife Foundation	Governos Municipais do Estado do Ceará	Ceará
Série de Publicações	Evasão Escolar e Aprendizagem	UNICEF	Secretarias Municipais de Educação	Brasil
Programa “Palavra de Criança”	Alfabetização	UNICEF, UNDIME, Governos Municipais e Instituto ProBem	Comunidade Escolar	Piauí e Ceará
Programa “Alfabetização na Idade Certa”	Alfabetização	UNICEF e Governo Estadual do Ceará	Comunidade Escolar	Ceará

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2: Prestação de Contas - 2012

<b>INVESTIMENTOS EM 2012</b>	<b>Total de Investimentos: 29,3 milhões</b>		
	<b>Direito de Aprender: 3.934.974,89</b>	<b>Pct.≈13,4%</b>	<b>Categ. 3º</b>
	<b>Políticas Públicas: 13.646.116,20</b>	<b>Pct.≈46,5%</b>	<b>Categ. 1º</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a prestação de contas do relatório anual de 2012, o UNICEF contribuiu em seu programa no Estado Brasileiro R\$ 29,3 milhões, oriundo de contribuições voluntárias de pessoas físicas e jurídicas, de organizações e da venda de produtos licenciados. Em prol do direito de aprender, milhares de crianças e adolescentes brasileiros foram beneficiados com o investimento do UNICEF de R\$ 3.934.974,89 no ano 2012. Essa quantia corresponde aproximadamente 13,4% de todo capital aplicado no ano e configura-se em 3º lugar de investimento comparado as outras cinco áreas de direito que vêm sendo assegurado pelo órgão, sendo elas: direito de sobreviver e se desenvolver; direito de proteger e ser protegido do HIV/aids; direito de crescer sem violência; direito de ser adolescente e direito de ser prioridade absoluta nas políticas públicas.

O acompanhamento dos gastos em políticas públicas foi levantado a medida que identificou-se a importância de analisar investimentos que também incluem iniciativas do ‘direito a aprender’, apresentadas nos relatórios de forma mais detalhada na área de políticas públicas. Assim sendo, foi constatado que no ano de 2012 as políticas públicas ocuparam o 1º lugar dentre todas as categorias de investimento do fundo, tendo aproximadamente 46,5% de todo capital investido do ano.

Quadro 3: Temáticas Educacionais - 2012

<b>EXTENSÕES NO DIREITO DE APRENDER</b>	<b>Exclusão e/ou Evasão Escolar: 2</b>
	<b>Defasagem Idade-Série: 1</b>
	<b>Inclusão: 2</b>
	<b>Educação Contextualizada: 1</b>
	<b>Água e Saneamento Básico: 1</b>
	<b>Direito de Brincar: 1</b>
	<b>Alfabetização/ Aprendizagem: 3</b>



Fonte: Elaborado pela autora.

Visto que algumas das iniciativas apresentadas se estendem em sua atuação para mais de uma área educacional, o ano de 2012 abrangeu no total 7 causas distintas na área da educação das 6 iniciativas em destaque, sendo que, de acordo com o quadro acima, Alfabetização/Aprendizagem, Inclusão e Evasão Escolar se sobressaíram à medida que cada um destes integrou em mais de uma iniciativa. As áreas educacionais mencionadas no quadro serão abordadas e melhor esclarecidas no contexto de suas iniciativas.

Quadro 4: Organizadores - 2012

<b>MEMBROS ORGANIZADORES DAS INICIATIVAS</b>	<b>UNICEF + Governo Federal: 1</b>
	<b>UNICEF + Governo Estadual: 2</b>
	<b>UNICEF + APDMCE + Sesame Workshop (Vila Sésamo) + MetLife Foundation: 1</b>
	<b>UNICEF + UNDIME + Governos Municipais + Instituto PorBem: 1</b>
	<b>UNICEF: 1</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Em cooperação com o UNICEF, foram atribuídos em 2012 junto ao direito de aprender quatro parcerias distintas, compostas em sua maioria com o apoio do setor público. Além disso foi identificado contribuições do setor privado, como a empresa Sesame Workshop e parcerias com o terceiro setor representado pela Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Ceará (APDMCE), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a MetLife Foundation.

Quadro 5: Público Alvo – 2012

<b>GRUPOS DAS AÇÕES DESTINADAS</b>	<b>Governos Estaduais: 1/6</b>
	<b>Governos Municipais: 2/6</b>
	<b>Governos Municipais e Sociedade Civil: 1/6</b>
	<b>Comunidade Escolar: 2/6</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode-se observar no Quadro 5, as iniciativas têm por objetivo atingir principalmente em âmbito municipal, seja atuando dentro das prefeituras, secretarias ou com a comunidade escolar. De fato, os governos municipais tem sido o alvo das estratégias implementadas pelo UNICEF e suas parcerias, ou seja, o próprio fundo juntamente com órgãos federais, estaduais e parceiros tem se responsabilizado pela atuação dentro dos municípios.

Quadro 6: Região Territorial - 2012

<b>ÁREA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS INICIATIVAS EM 2012</b>	<b>Amazônia Legal e Semiárido</b> ≈ 16,6 %	1/6
	<b>Semiárido:</b> ≈ 66,6 %	4/6
	<b>Brasil:</b> ≈ 16,6 %	1/6

Fonte: Elaborado pela autora.

Notoriamente, segundo o quadro acima, as regiões de maior impacto do UNICEF em 2012 concentram-se na região do semiárido, atingindo principalmente o estado do Ceará, com três das iniciativas destinadas especificamente a região. Em destaque, a Metodologia “Selo Município Aprovado” é a única iniciativa mencionada que abrange a região amazônica, além de estender também ao semiárido, caracterizadas ambas regiões pela disparidade regional comparado a outros estados brasileiros e conseqüentemente pelo alto índice de vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

Descrição das Iniciativas:

#### Selo Município Aprovado

Atuando exclusivamente na região da amazônia legal e do semiárido, o “Selo Município Aprovado” é uma metodologia desenvolvida pelo UNICEF em articulação com os governos estaduais, o qual, a partir de um diagnóstico e de dados levantados pelo UNICEF, objetiva-se melhorar a qualidade de vida dentro dos municípios em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Deste modo, a iniciativa tende a reduzir as disparidades regionais à medida que o setor público e a sociedade civil identificam adversidades em suas comunidades e levantam meios para solucionar dilemas atrelados a infância. (UNICEF, 2017b)

Com seu surgimento em 1999, no estado do Ceará, o Selo alcançou bom êxito e hoje atinge sua quinta edição desde o ano de 2005, quando em sua reformulação se estendeu a toda região da amazônia e do semiárido. Além de proteger o direito à educação, o Selo visa melhorias no direito à saúde, proteção e participação social de crianças e adolescentes, ao passo que todas

essas áreas também compõem os principais eixos da iniciativa: ‘Ações Estratégicas’, ligado a intervenções necessárias que os municípios dentem a elaborar, e os ‘Indicadores de Impacto Social’, o qual implica no avanço significativo dos índices.

Para que os municípios conquistem o Selo de reconhecimento internacional é necessário que sejam avaliados após o processo dos quatro anos de duração, certificando o município de suas melhorias e fortalecimento de suas políticas públicas.

Segundo o UNICEF Brasil,

A metodologia combina capacitação de atores municipais, aprimoramento dos mecanismos de gestão local e mobilização social, com ampla participação comunitária, principalmente dos adolescentes. [...] Os municípios são agrupados, dentro de seus Estados, considerando suas características demográficas e socioeconômicas. Durante cada edição do Selo, o UNICEF capacita gestores e técnicos das secretarias municipais e conselheiros de direitos e adolescentes para qualificar a elaboração e execução das políticas públicas e para estimular que elas continuem mesmo após o fim de cada edição. (UNICEF, 2017b)

O Selo contribui também para o avanço e alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que foram estabelecidos pela ONU em 2000, com o apoio de 191 nações e abrange fins tão significantes quanto do Selo, sendo os oito objetivos: acabar com a fome e a miséria; oferecer educação básica de qualidade para todos; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a aids, a malária e outras doenças; garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e estabelecer parcerias para o desenvolvimento. (ODMBRASIL, 2017)

Além das parcerias com o setor público o Selo está articulado com duas outras iniciativas, o ‘Pacto Nacional Um mundo para a criança e o adolescente do Semiárido’, assinado em 2004 pelos 9 estados do nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo em prol da melhoria das condições de vida das crianças e dos adolescentes dessa região, e com a Agenda Criança Amazônia, assinado em 2008 por sete governadores da Amazônia Legal assumindo o compromisso para a construção de um plano de ação voltado para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. (UNICEF, 2017c/d)

De acordo com o relatório anual, no ano de 2012 o UNICEF concluía sua terceira edição do Selo Município Aprovado (2009-2012) no qual, 405 municípios conquistaram o Selo dos 1.799 municípios inscritos. Neste ano, o direito de aprender obteve avanços em relação a queda na taxa de abandono escolar, que no Semiárido caiu de 7,0% para 4% e na Região Amazônica, caiu de 6,5% em 2007 para 4,7% em 2011. Os dados sobre distorção idade-série revelam que no Semiárido caiu de 50,5% em 2007 para 42,9% em 2011 e na Região Amazônica, caiu de

47,0% em 2007 para 37,9% em 2011. Grande impacto tiveram também as iniciativas voltadas para a inclusão escolar de crianças com deficiência, visto o crescimento no Semiárido de 23,2% em 2007 para 61,3% em 2011, na Amazônia a taxa cresceu de 21,9% em 2008 para 59,7% em 2011. (UNI, 2013, p.6).

Além disso o relatório de 2012 reporta que nos estados de Pernambuco e Alagoas, foi possível implementar 11 Núcleos Territoriais de Educação Contextualizada, o que significa ações educacionais que levam em consideração a realidade e a diversidade regional e local, nas suas dimensões culturais, sociais e econômicas. (UNI, 2013, p.6).

### O Ceará Cresce Brincando

A partir de um levantamento de dados realizado em alguns municípios do Ceará, através da edição de 2006 do Selo UNICEF Município Aprovado, o programa O Ceará Cresce Brincando (CCB) surgiu em 2007 para garantir a necessidade identificada nos municípios em defesa do direito de brincar, praticar esporte e se divertir, assim preconizados pelo ECA. Deste modo, a Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará (APDMCE) e o UNICEF se uniram para a consolidação do programa e elaboração de atividades que visam disseminar a cultura do brincar em todo o estado. Entre as principais ações, o programa realiza a capacitação de educadores sociais, a instalação de brinquedotecas e realização de caravanas do brincar e da leitura. (APDMCE, 2017).

No ano de 2012 o programa completava cinco anos e já contava com a participação de pelo menos 40 municípios e 13 unidades de brinquedotecas inauguradas. Neste mesmo ano, o UNICEF destacou em seu relatório anual a parceria com a Sesame Workshop, produtores da Vila Sésamo, e juntos com o apoio da MetLife Foundation viabilizaram a todos integrantes do programa CCB uma grande mensagem sobre o direito a brincar de forma segura e inclusiva por meio da iniciativa “Incluir Brincando”. Todo material produzido com os personagens do desenho infantil, fora elaborado por educadores com o intuito de abordar a inclusão de crianças com deficiência alcançando famílias e crianças em ambientes formais e informais de ensino, além disso, foi disponibilizado informativos e guias sobre a temática e os materiais audiovisuais foram ao ar na TV Cultura e estão disponíveis em plataformas digitais. Por fim, a parceria também contribuiu para a realização de oficinas de capacitação para educadores e assistentes sociais sobre como adaptar as brincadeiras, jogos e esportes para as condições locais. (UNICEF, 2012a)

### Programa Palavra de Criança

Os índices alarmantes de analfabetismo funcional e distorção idade-série em muitos

estados brasileiros indicavam grande preocupação e obviamente a necessidade de novas políticas públicas que garantissem educação de qualidade a todos. Sendo assim, no ano de 2008, o programa Palavra de Criança foi implementado inicialmente em algumas escolas públicas dos municípios de Sobral e Teresina, com o intuito de alfabetizar os alunos até o 3º ano do ensino fundamental, ou seja, deseja-se que os alunos tenham acesso a escola, permaneçam e aprendam a ler, escrever e interpretar até 8 anos de idade. (UNICEF, 2009)

Com apoio do UNICEF e em parceria da União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME), o programa enfatiza a participação dos pais no processo de alfabetização dos filhos, e por isso o tema “Escola e Família: Aprendendo Juntas” foi levantado desde o princípio como ponto chave para o desenvolvimento efetivo do programa, o qual desafia as escolas integrantes elaborarem um plano de trabalho que envolva e estreite as relações escola-família, ampliando deste modo, o direito de aprender de crianças e adolescentes a toda comunidade.

A partir do diagnóstico da Provinha Brasil, realizada ao final do 2º ano, inicia-se o Programa Palavra de Criança, que em parceria dos municípios com o Instituto ProBem, realiza capacitações com os coordenadores para que façam um acompanhamento junto aos alunos, e estes, aprimorem suas habilidades em leitura e escrita. O acompanhamento do programa pelo Instituto ProBem visa dar um retorno a respeito de como o Palavra de Criança tem sido implementado em cada Município. Por fim, é realizado ao final do programa uma nova avaliação aos alunos do 3º ano, e estes recebem uma certificação indicando quais áreas e de que forma os alunos podem buscar melhores resultados de acordo com o diagnóstico de sua avaliação. Caso a escola apresente bom desempenho ao final do processo, todos são parabenizados e certificados pelos membros que organizam e apoiam a iniciativa.

Atualmente o programa Palavra de Criança já se estendeu para outros municípios do estado do Ceará e do Piauí; e em 2012 o relatório anual já apontava que 89 municípios do Piauí, membros do programa, participaram do lançamento do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). (UNICEF, 2012b/c)

### Alfabetização na Idade Certa

Desenvolvido no ano de 2005 pelo UNICEF, governo do Ceará e parceiros, não demorou muito para que o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) tornasse política pública a todos os municípios cearenses. No ano de 2007 o programa voltado para a grande problemática do analfabetismo escolar se espalhou por todo o estado e as melhorias na qualidade do ensino, na leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental era o grande desafio. O objetivo do programa era garantir que todos os alunos do 2º ano do ensino

fundamental fossem alfabetizados e para isso o programa desenvolveu várias ações, dentre elas o apoio técnico das administrações municipais e das gestões escolares, capacitação de professores e técnicos por meio da formação continuada, fornecimento de material didático e livros de literatura infantil, além de buscarem sensibilizar as famílias e a comunidade sobre o direito de aprender. (PAIC, 2017a).

Com o progresso positivo do programa, o governo cearense estendeu a iniciativa a outras duas modalidades. No ano de 2011 foi lançado o PAIC +5, onde o programa se estendia as turmas de 3º, 4º, e 5º ano do ensino fundamental, reforçando o compromisso dos municípios, a participação das famílias, o reforço escolar para crianças ainda não alfabetizadas, entre outros. Mais tarde, no ano de 2015 o programa seria também oferecido as turmas do ensino fundamental II, atingindo as classes do 6º ao 9º ano através do MAIS PAIC. Essa estratégia colaboraria para que os alunos concluíssem o ensino fundamental e ingressassem no ensino médio melhor preparados. (PAIC, 2017b).

O relatório de 2012 aponta que o PAIC serviu de inspiração para que o Ministério da Educação (MEC) lançasse o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), visto tamanho sucesso que o programa atingiu no estado do Ceará e cada vez mais tem se expandido a outros municípios que buscam estratégias para melhorar a qualidade da educação pública. (UNI, 2013, p.6)

#### “Protocolo de Intenções”

A ação apresentada no relatório voltada para a área de água e saneamento básico, foi identificada no arquivo digital de notícias do UNICEF e se referente ao protocolo assinado entre o UNICEF e os Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome na 15ª Reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), buscando estabelecer estratégias para garantir o acesso à água de qualidade e instalações sanitárias adequadas nas escolas do Semiárido.

Segundo o UNICEF, o protocolo faz parte do Programa Água para Todos, o qual integra também o Plano Brasil Sem Miséria. Durante a reunião foi levantado a importância de contar com outros órgãos federais, entes federativos e organizações sociais, para que essas necessidades básicas deixam de ser uma barreira na oferta do direito a aprender e não venham mais prejudicar o ensino de inúmeras crianças do semiárido brasileiro. (UNICEF, 2012d)

#### “Série de Publicações”

Durante a pesquisa não foi encontrado mais informações sobre as publicações desenvolvidas para as 5.565 secretarias municipais em combate a desigualdade, a garantia de

permanência e aprendizagem nas escolas. Contudo, sabe-se a importância de expandir esses temas por todo país, especialmente na criação de políticas públicas, das quais pode-se identificar ações do UNICEF em outros projetos dentro dessas temáticas, mas que certamente carecem de mais ações que contribuam na garantia desses direitos e combatem a enorme desigualdade no país. (UNI, 2013, p.6)

### RELATÓRIO ANUAL 2013

#### Quatro 7: Análise Geral do Direito de Aprender - 2013

INICIATIVA	TEMÁTICA	ORGANIZADORES	PÚBLICO ALVO	REGIÃO TERRITORIAL
Campanha “Fora da Escola não pode”	Evasão Escolar e defasagem idade- série	UNICEF e parceiros	Alunos	Brasil
Guia “Todos podemos é disso que se trata”	Inclusão	UNICEF e RIO Incluir (ONG)	Educadores e Líderes Comunitários	Brasil
Projeto “Toda Escola do Semiárido com Água de Qualidade, Banheiro e Cozinha	Água e Saneamento	UNICEF, Governo Federal	Escolas	Semiárido
Programa “Palavra de Criança”	Alfabetização	UNICEF, UNDIME, Governos Municipais, Instituto ProBem	Comunidade Escolar	Piauí
Coleção “Educação e Relações Raciais”	Discriminação Racial	UNICEF e Ação Educativa	Escolas	Brasil
Prêmio Itaú-UNICEF	Educação Integral	Fundação Itaú Social e UNICEF	ONGs	Brasil
Campanha Digital “Vim para UNICEF”	Água e Saneamento	UNICEF e Fundação Unilever	Escolas	Semiárido
Produção de Conteúdos	Educação de qualidade	UNICEF, Rede Globo, Fundação Victor Civita	Sociedade Civil	Brasil
Desenvolvimento de estratégias	Exclusão escolar	UNICEF e Instituto Tim	Governos Municipais	Brasil

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 8: Prestação de Contas - 2013

<b>INVESTIMENTOS EM 2013</b>	<b>Total de Investimentos: R\$35 milhões</b>		
	<b>Direito de Aprender: R\$11.195.957,37</b>	<b>Pct.≈31,9%</b>	<b>Categ. 1º</b>
	<b>Políticas Públicas: R\$6.620.920,91</b>	<b>Pct.≈18,9%</b>	<b>Categ. 2º</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo o relatório anual do ano de 2013 o UNICEF investiu em seu programa de cooperação no Brasil o valor de R\$ 35 milhões, distribuídos entre as seis áreas – já apresentadas – de proteção à criança e ao adolescente que vem sendo assegurado pelo órgão. Além dessas áreas em 2013, o UNICEF disponibilizou mais uma área de distribuição dos recursos, chamada cooperação sul-sul; uma estratégia global, visando a proteção social com equidade.

De acordo com os objetivos dessa pesquisa, o quadro 8 apresenta os investimentos referentes ao direito de aprender, ocupando neste ano o 1º lugar em maior quantia de recursos aplicados comparado as outras áreas de proteção, com o total de R\$11.195.957,37 o que representa aproximadamente 31,9% do capital investido no ano.

O campo das políticas públicas abordou no relatório de 2013 importantes iniciativas para o avanço da educação, dentre eles o Selo UNICEF e a Plataforma dos Centros Urbanos, que integram neste ano, em conjunto com outras políticas públicas, o investimento do fundo de R\$6.620.920,91 na elaboração de políticas em defesa dos direitos da crianças e do adolescente.

Quadro 9: Temáticas Educacionais - 2013

<b>EXTENSÕES NO DIREITO DE APRENDER</b>	<b>Exclusão e/ou Evasão Escolar: 2</b>
	<b>Defasagem Idade-Série: 1</b>
	<b>Inclusão: 1</b>
	<b>Água e Saneamento Básico: 2</b>
	<b>Alfabetização/ Aprendizagem: 1</b>
	<b>Discriminação Racial: 1</b>
	<b>Educação Integral: 1</b>
	<b>Educação de Qualidade: 1</b>

Fonte: Elaborado pela autora.



As extensões no direito de aprender foram construídas a partir das nove iniciativas identificadas e apresentadas no Quadro 7 no ano de 2013, no qual envolve um total de oito temáticas distintas na área da educação. A medida que algumas iniciativas trabalham em áreas semelhantes e/ou agregam mais de uma área, se estende ou diminui o número de temáticas apresentadas. No Quadro 9, podemos identificar que as ações voltadas para Água e Saneamento Básico e Exclusão e/ou Evasão Escolar foram empregadas, em duas iniciativas distintas, evidenciando a importância de políticas voltadas para essas problemáticas.

Quadro 10: Organizadores - 2013

<b>MEMBROS ORGANIZADORES DAS INICIATIVAS</b>	<b>UNICEF + parceiros: 1</b>
	<b>UNICEF + RIO Inclui (ONG): 1</b>
	<b>UNICEF + Governo Federal: 1</b>
	<b>UNICEF + UNDIME + Governos Municipais + Instituto ProBem: 1</b>
	<b>UNICEF + ONG Ação Educativa: 1</b>
	<b>UNICEF + Fundação Itaú Social: 1</b>
	<b>UNICEF + Fundação Unilever: 1</b>
	<b>UNICEF + Rede Globo + Fundação Victor Civita: 1</b>
	<b>UNICEF + Instituto TIM: 1</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

No ano de 2013 os membros organizadores das iniciativas abordadas no relatório, foi composto em sua maioria pelo terceiro setor, sendo este participante em 7 das 9 iniciativas apresentadas. Além disso o UNICEF contou com a colaboração do setor privado, do Governo Federal e de governos Municipais.

Quadro 11: Público Alvo - 2013

<b>GRUPOS DAS AÇÕES DESTINADAS</b>	<b>Escolas: 3/9</b>
	<b>ONG's: 1/9</b>
	<b>Educadores e Líderes Comunitários: 1/9</b>

	<b>Alunos:</b> 1/9
	<b>Sociedade Civil:</b> 1/9
	<b>Comunidade Escolar:</b> 1/9
	<b>Governos Municipais:</b> 1/9

Fonte: Elaborado pela autora.

As iniciativas abordadas no relatório de 2013 apontam a efetivação de suas ações majoritariamente nas escolas, incluindo também grupo de alunos, educadores e comunidade escolar. Isso indica que tanto o espaço como o ‘corpo escolar’ têm liderado as prioridades nas iniciativas de práticas educativas, evidenciando a urgência do país em busca de uma educação de qualidade. Contudo, sabemos da necessidade de atingir outras instancias fundamentais para esse avanço, representadas no quadro acima pelos Governos Municipais, ONG’s, líderes comunitarios e sociedade civil.

Quadro 12: Região Territorial - 2013

<b>ÁREA DE INPLEMENTAÇÃO DAS INICIATIVAS EM 2013</b>	<b>Semiárido:</b> ≈ 33,3 %	3/9
	<b>Brasil:</b> ≈ 66,6 %	6/9

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro acima apresenta que as iniciativas do ano de 2013 abrange, em mais da metade, todo território brasileiro, e que as ações idealizadas para determinadas regiões conforme a diversidade regional do Brasil, como no caso o semiárido, representa apenas 33,3% das iniciativas.

Descrição das Iniciativas:

#### Fora da Escola Não Pode! O Desafio da Exclusão Escolar

Desenvolvida desde de 2010, a campanha “Fora da Escola Não Pode! ”, foi criada pelo UNICEF junto a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, visto os dados alarmantes do IBGE do censo de 2010, apontando mais de 3,8 milhões de crianças e adolescentes fora da escola. Deste modo, fez-se necessário criar ações em combate a exclusão escolar, que segundo o UNICEF, tem como público mais vulnerável desse grupo “[...] os negros e os indígenas, os com deficiência, os que vivem na zona rural, no Semiárido, na Amazônia e na periferia dos

grandes centros urbanos”. Além disso, o UNICEF aponta também “[...]os principais motivos para a exclusão e o abandono das salas de aula, entre eles, a exploração do trabalho infantil, a falta de transporte escolar, a condição física e a gravidez na adolescência.” (UNICEF, 2017e)

Em maio de 2013, o 14 Fórum da UNDIME foi mencionado nos noticiários da imprensa do UNICEF, em que os dirigentes municipais foram alarmados da realidade do país e através de uma publicação, realizada também pelo UNICEF, foi levantado e apresentado uma análise da exclusão escolar no Brasil, acompanhado de importantes políticas e práticas para o avanço da educação nos municípios brasileiros. (UNICEF, 2013a).

A campanha destacou no relatório de 2013 a problemática do trabalho infantil, especialmente na região sisaleira da Bahia, que além de crime, contribui para o aumento da exclusão escolar. Foram identificadas novas parcerias em busca de uma educação de qualidade, o que representa aos visionários da iniciativa, a universalização do acesso, frequência dos alunos, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa. Esta iniciativa tem tido grande repercussão através das redes sociais na divulgação de vídeos e principalmente na página oficial do site, apresentando dados estatísticos, possíveis soluções para enfrentar o problema, os desafios do acesso, da permanência e da conclusão, além de viabilizarem espaço para participação e contribuição da sociedade civil na campanha. (UNI, 2014, p.6)

#### Todos Podemos...é Disso que se Trata

A iniciativa “Todos Podemos...é Disso que se Trata”, faz parte de uma parceria do UNICEF com a ONG Rio Incluir, em que juntos disponibilizaram uma publicação para compartilhar a respeito da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência, desenvolvido a partir dos princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O guia, encontrado facilmente em plataformas digitais, foi traduzido e se distingue em dois exemplares, intitulados: “Guia de aprendizagem da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” e “Uma Explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”. (UNICEF, 2017f.)

Segundo o relatório, este material busca contribuir com o trabalho de educadores e líderes comunitários afim de comunicar crianças e adolescentes a respeito de seus direitos, sendo estes deficientes ou não, afinal sabemos que os direitos humanos compõem legalmente parte do conteúdo curricular das escolas, além de que o desenvolvimento social tem nos levado a refletir cada vez mais sobre a importância da inclusão, ou seja, conscientizar e lutar pela garantia do direito de aprender de cada cidadão brasileiro sem qualquer tipo de discriminação. (UNI, 2014, p.6)

### Toda Escola do Semiárido com Água de Qualidade, Banheiro e Cozinha

O UNICEF tem desenvolvido estratégias e buscado parcerias que contribuam com as condições precárias do semiárido brasileiro, entre eles, um dos mais urgentes seria o acesso e utilização de água de qualidade nas escolas.

Durante a pesquisa foi identificado várias ações voltadas para a problemática, inclusive um guia desenvolvido junto a iniciativa Selo UNICEF Município Aprovado em sua edição de 2013-2016, intitulado “Toda Escola do Semiárido com Água de Qualidade, Banheiro e Cozinha”. Este material aborda informações e estratégias fundamentais aos municípios que aderiram à metodologia e enfrentam grandes desafios no período de seca e em sua infraestrutura escolar. Nutrido de informações, a publicação conta com dados estatísticos do Semiárido (comparando os anos de 2012 e 2013), o levantamento de possíveis soluções no período de seca, como a instalação de cisternas, as etapas do projeto aos municípios integrantes, incluindo o papel da escola no trabalho da educação contextualizada com os alunos em sala de aula, a importante participação de toda comunidade escolar e relatos de experiências bem-sucedidas.

Sendo este projeto mencionado no relatório de 2013, à princípio, como meio de identificar escolas que enfrentam essas grandes dificuldades, a temática do projeto que busca levantar recursos para solucionar essa dura realidade, passou a compor as 27 ações estratégicas propostas para as prefeituras que aderem a metodologia Selo UNICEF Município Aprovado. (UNICEF, 2013b)

### Programa Palavra de Criança

Apresentado anteriormente no relatório anual de 2012, o Programa Palavra de Criança recebeu destaque novamente ao exibir resultados positivos de sua atuação no estado do Piauí, atestando sua contribuição nas redes públicas de ensino para milhares de crianças e professores beneficiários do programa. (UNI, 2014, p.6)

### Educação e Relações Raciais

As lutas pelas igualdades e diferenças entre os seres humanos tem sido cada vez mais corriqueiro, isso se fortifica a medida que membros da sociedade civil se levantam para dialogar e se posicionar a respeito de temas como bullying, discriminação, preconceito, racismo, cultura e etc. Visando uma perspectiva de trazer mudanças em nossa sociedade, a parceria entre a UNICEF e a ONG Ação Educativa ampliou a discussão sobre a implementação da lei 10,639, incentivando a participação significativa da comunidade escolar e da transformação em seu cotidiano. (AÇÃO EDUCATIVA, 2017a)

Segundo a ONG Ação Educativa, a coleção Educação e Relações Raciais

“[...] visa reconhecer, potencializar e articular ações já desenvolvidas por escolas, secretarias de educação, universidades e grupos e organizações da sociedade civil destinadas a promover uma educação antirracista e não discriminatória.” (AÇÃO EDUCATIVA, 2017) O material é composto por cartazes representando a comunidade afro-brasileira, uma publicação intitulada “Indicadores de Qualidade na Educação - Relações Raciais na Escola” e mais dois vídeos: “Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar” e “Educação e relações raciais: diálogos Brasil e África do Sul.”

Segundo a publicação no relatório de 2013, a coleção foi adotada pelo Ministério da Educação e compartilhado com milhares de escolas públicas e privadas no Brasil. Além disso a coleção Educação e Relações Raciais foi identificada e encontra disponibilizada na íntegra na plataforma digital da ONG. (UNI, 2014, p.6)

### Prêmio Itaú UNICEF

A iniciativa que atua desde 1995, faz parte de uma das ações da Fundação Itaú Social em cooperação com o UNICEF. Em 2013, o Prêmio Itaú UNICEF, que objetiva segundo seus idealizadores, “Identificar, reconhecer, dar visibilidade e estimular o trabalho de organizações da sociedade civil que contribuam para a educação integral de crianças e jovens em condições de vulnerabilidade social” (ITAUSOCIAL, 2017), tinha como tema central “Educação integral: Crer e fazer”.

O relatório a respeito desta iniciativa, compartilhava o sucesso de mais uma edição na premiação de 32 ONG's vencedoras das três mil organizações inscritas no ano. Esse programa tem colaborado para compartilhar com a população ações inspiradoras que tem sido realizada em todo território brasileiro e possibilitado um programa de formação aos participantes.

O engajamento do setor privado é certamente enriquecedor para o progresso e estímulo dessas iniciativas, das quais operam muitas vezes de forma inexplorada e, portanto, deixam de ter o devido apoio e reconhecimento. Segundo o UNICEF este investimento tem sido de fato muito positivo e afirmam: "Nós, do UNICEF, temos certeza de que o Prêmio Itaú-UNICEF é um importante reconhecimento do trabalho realizado por muitas ONGs no Brasil que contribuem de forma efetiva para as políticas públicas de Educação Integral que os governos estão atualmente realizando ou fortalecendo". (UNICEF, 2013c)

### Vim para o UNICEF

A campanha digital “Vim para o UNICEF” surgiu no intuito de viabilizar ainda mais o território do semiárido brasileiro, com a grande problemática da falta de água e saneamento nas escolas; tema já defendido pelo UNICEF por meio de outras parcerias. Contudo, a calamidade

do povo no sertão demanda grande ajuda humanitária para melhorar a qualidade de vida desses brasileiros, a qual conta hoje com a parceria entre o UNICEF e a Fundação Unilever por meio de sua marca de cloro em gel, Vim. (UNI, 2014, p.6).

Em outubro de 2013 essa parceria gerava grandes expectativas, uma vez que já lançado em outros países, o projeto proporcionou mudanças significativas a milhares de pessoas desde o ano de 2012. Olhando para a realidade brasileira, em uma ampla perspectiva dessa ação, Gary Stahl, representante do UNICEF no Brasil, afirma:

Quando uma criança tem acesso a água de qualidade e saneamento adequado em sua escola, criamos condições para que outros direitos fundamentais sejam assegurados. Ela será uma criança com mais saúde, dignidade e melhores condições de aprender. O impacto não se dá apenas sobre ela, mas também sobre a família e a comunidade onde vive. (UNICEF, 2013d)

Sem dúvida alguma, o efeito de iniciativas como esta gera transformações incalculáveis no cotidiano de toda comunidade escolar e contribui grandemente para o avanço e melhorias de nossa sociedade. Os resultados deste projeto no semiárido do Brasil foi compartilhado no relatório e tem sido divulgado através de vídeo nas mídias sociais anunciando as mudanças provocadas pela iniciativa. (VIM PARA UNICEF, 2016)

#### “Produção de Conteúdos”

Seguindo a apresentação das principais ações do UNICEF através do relatório anual de 2013, foi também constatado a parceria da Rede Globo e da Fundação Victor Civita, responsáveis pela elaboração de matérias que auxiliam na divulgação e defesa da educação de qualidade. Embora esse conteúdo em específico não tenha sido detectado, pudemos identificar outras publicações, inclusive no acervo digital de notícias do UNICEF, testificando mais uma vez a parceria da emissora no ano de 2013 que integrou juntamente com a Fundação Roberto Marinho enfatizando o direito de aprender e a educação de qualidade. (UNICEF, 2013e)

Notas do UNICEF de maio e setembro de 2013, relatam importantes marcos dessa parceria, primeiramente no lançamento do Globo Educação, uma rica plataforma construída em conjunto com o UNICEF, em prol do desenvolvimento de conteúdos que reforçam a importância da educação de qualidade no país, e também o evento ‘Diálogo com Jornalistas’, uma iniciativa do Globo Educação que promoveu neste primeiro encontro um debate sobre educação e desigualdade. (UNICEF, 2013f)

#### “Desenvolvimento de estratégias”

O preocupante dilema da exclusão escolar chamou a atenção de outras organizações que se dispuseram a contribuir, em parceria com o UNICEF, para o avanço da educação no Brasil.

Entre estes, o Instituto Tim se mobilizou na investigação de novas estratégias para identificar crianças e adolescentes fora da escola e trazer estes novamente as salas de aula. Esse primeiro passo divulgado no relatório de 2013 resultou mais para frente na participação do instituto junto a campanha ‘Fora da Escola Não Pode’, anteriormente mencionado, e os motivou a desenvolver uma solução tecnológica para que diferentes membros da sociedade pudessem contribuir na busca ativa de crianças e adolescentes. (INSTITUTO TIM, 2016)

#### Plataforma dos Centros Urbanos (PCU)

Por contemplar muitas áreas da educação, esta iniciativa está sendo um adicional entre as apresentações de programas e projetos do ano de 2013. Como mencionado anteriormente, o PCU se destaca no relatório entre as notícias de políticas públicas, porém, como uma das principais frentes de atuação do UNICEF, destaco aqui a importância da iniciativa. A ação iniciou na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, objetivando diminuir as desigualdades intramunicipais nas capitais. Entre 2008 e 2009 foi ampliada a outras edições e já está presente em nas cidades de Belém, Fortaleza, Maceió, Manaus, Recife, Salvador, São Luis, e Vitória.

### RELATÓRIO ANUAL 2014

Quatro 13: Análise Geral do Direito de Aprender - 2014

<b>INICIATIVA</b>	<b>TEMÁTICA</b>	<b>ORGANIZADORES</b>	<b>PÚBLICO ALVO</b>	<b>REGIÃO TERRITORIAL</b>
Publicação “O Enfrentamento da Exclusão Escolar”	Exclusão Escolar	UNICEF e Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Sem restrições (acesso livre ao material)	Brasil
Evento sobre Inclusão Escolar	Exclusão escolar	UNICEF e ONU	Alunos e Autoridades Internacionais	Internacional
Concurso de “Desenvolvimento de Jogos Digitais”	Jogos Digitais Educativos	UNICEF e Electronic Arts	Alunos	Piauí
Promovendo espaços de discussão	Educação Contextualizada	UNICEF	Alunos	Amazônia Legal
Pacto da Educação do Pará	Educação de Qualidade	Governo do Estado do Pará e parceria do UNICEF	Governo, Escolas e Sociedade Civil do estado do Pará	Pará

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 14: Prestação de Contas - 2014

<b>INVESTIMENTOS EM 2014</b>	<b>Total de Investimentos: R\$44,8 milhões</b>		
	<b>Direito de Aprender: R\$7.998.677,78</b>	<b>Pct.≈ 17,8%</b>	<b>Categ. 2º</b>
	<b>Políticas Públicas: R\$19.470.627,08</b>	<b>Pct.≈ 43,4%</b>	<b>Categ. 1º</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Em 2014 a atuação do UNICEF em seu programa de cooperação no Brasil teve grande impacto no país, mediante o investimento de R\$44,8 milhões. Ao direito de aprender foram aplicados R\$7.998.677,78 visando assegurar os direitos das crianças e adolescentes, sendo este em segundo lugar na categoria de investimentos de todas as áreas em que o órgão se compromete a apoiar. Em primeiro lugar as políticas públicas tiveram a maior quantia de recursos aplicados dentre as áreas, com total de R\$19.470.627,08 correspondentes a aproximadamente 43,4% de toda contribuição capitada no ano de 2014. O acompanhamento no investimento de políticas públicas dentro desta pesquisa informa uma parcela significativa que também se destina à educação.

Quadro 15: Temáticas Educacionais - 2014

<b>EXTENSÕES NO DIREITO DE APRENDER</b>	<b>Exclusão e/ou Evasão Escolar: 2</b>
	<b>Jogos Digitais Educativos: 1</b>
	<b>Educação Contextualizada: 1</b>
	<b>Educação de Qualidade: 1</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

As cinco iniciativas apresentadas neste relatório abordaram o desenvolvimento de quatro temáticas distintas no campo da educação, o que pode-se destacar que um dos maiores desafios ao direito de aprender tem sido em relação a 'Exclusão e/ou Evasão Escolar', como indica no quadro acima, apontando duas atuações dentro das cinco iniciativas abordadas. Outros temas pertinentes ao direito de aprender neste mesmo ano, foram sobre jogos digitais educativos, educação contextualizada e educação de qualidade.



Quadro 16: Organizadores - 2014

<b>MEMBROS ORGANIZADORES DAS INICIATIVAS</b>	<b>UNICEF + Campanha Nacional pelo Direito à Educação: 1</b>
	<b>UNICEF + ONU: 1</b>
	<b>UNICEF + Electronic Arts: 1</b>
	<b>UNICEF (parceiros) + Governo do Estado do Pará: 1</b>
	<b>UNICEF: 1</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Os membros organizadores na defesa e luta pelo direito de aprender retratados no relatório deste ano se dividem basicamente entre o setor público e privado, evidenciando também a participação de organizações internacionais, como da própria ONU e da empresa americana Electronic Arts contribuindo para a elaboração de programas que apoiam a aprendizagem de crianças e adolescentes.

Quadro 17: Público Alvo - 2014

<b>GRUPOS DAS AÇÕES DESTINADAS</b>	<b>Sem restrições: 1/5</b>
	<b>Alunos e Autoridades Internacionais: 1/5</b>
	<b>Alunos: 2/5</b>
	<b>Governo, Escolas e Soc. Civil do estado do Pará: 1/5</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre todas as ações ao direito de aprender, a edição de 2014 nos mostra que os alunos representaram um número significativo ao grupo das ações destinadas, sendo estes principais alvos dos projetos e programas desenvolvidos. Autoridades do Estado e internacionais também foram centro das iniciativas, que obviamente buscam levantar novas discussões, estratégias e possíveis soluções para a educação nacional e global.

Quadro 18: Região Territorial - 2014

<b>ÁREA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS INICIATIVAS EM 2014</b>	<b>Internacional: 20%</b>	1/5
	<b>Brasil: 20%</b>	1/5
	<b>Semiárido: 20%</b>	1/5
	<b>Amazônia Legal: 40%</b>	2/5

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os indicadores sociais no Brasil e as regiões mais vulneráveis do país, a atuação do UNICEF no ano se centralizou especialmente na Amazônia Legal, mesmo que ainda a identificação e o acesso a alguns povoados sejam muitas vezes dificultoso. Ações destinadas a todo território brasileiro, ao semiárido, e até mesmo mundial apresentaram a mesma porcentagem de iniciativas em 2014.

Descrição das Iniciativas:

#### O Enfrentamento da Exclusão Escolar no Brasil

A publicação mencionada no relatório de 2014 denominada “O Enfrentamento da Exclusão Escolar no Brasil” foi um importante material desenvolvido pelo UNICEF em conjunto com a Campanha Nacional pelo direito à Educação, tendo este, ligação direta à campanha “Fora da Escola Não Pode”, desenvolvida em 2010, mencionada anteriormente no relatório de 2013. Segundo os organizadores da publicação, o material que discorre sobre o contexto brasileiro e os desafios da exclusão escolar,

[...]apresenta uma análise do perfil das crianças e dos adolescentes de 4 a 17 anos que não frequentam a escola ou que, dentro da escola, correm o risco de abandoná-la. A publicação também aborda os principais desafios para a universalização da educação básica e mostra experiências que atuam nesse sentido. (UNICEF, 2017g.)

A necessidade de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da exclusão escolar se torna bastante evidente ao analisarmos os dados da realidade brasileira, especialmente se direcionarmos o olhar para as regiões mais afastadas dos grandes centros e, portanto, de maior vulnerabilidade. Ainda que a oferta da educação básica de qualidade seja parte de políticas como da ODM, é preciso levar em consideração os diversos contextos territoriais no Brasil e principalmente a dura realidade de milhares de brasileiros em um país tão desigual.

Dentre tantos aspectos importantes abordados na publicação, destaco aqui, o grupo de

pessoas mais suscetíveis ao enfrentamento da exclusão escolar, que não só parecem conviver em ambientes complexos, como também tendem a enfrentar circunstâncias conflituosas na busca pelo cumprimento de seus direitos. Segundo dados do censo demográfico apresentados na publicação, “[...]Os mais excluídos são as crianças e os adolescentes negros, que vivem na zona rural, pobres ou oriundos de famílias em que os pais ou responsáveis têm pouca ou nenhuma escolaridade. (UNICEF; EDUCAÇÃO. C. N. pelo D .2014, p.8)

### Inclusão Escolar

Uma das notas apresentadas do relatório, ressalta a participação de adolescentes e jovens de diferentes nações em um debate sobre a promoção da inclusão escolar. Com a representação de quatro brasileiros, o evento realizado nos Estados Unidos, abrangeu dados mundiais de estudos exercidos no Brasil, Indonésia, México e Turquia. Constatado no banco digital de notícias do UNICEF, o evento de setembro de 2014 ocorreu em paralelo à Assembleia Geral da ONU e destacou a trajetória e o contexto histórico dos adolescentes e jovens selecionados do Amazonas e Distrito Federal para discutir os desafios globais da exclusão escolar. (UNICEF, 2014a).

### Desenvolvimento de Jogos Digitais

Desafiando estudantes do ensino superior, a iniciativa de realizar um concurso de jogos digitais, surgiu em parceria do UNICEF com a empresa Electronic Arts, devido o grande evento mundial de futebol, a Copa do Mundo, disputada no Brasil em 2014. Com o tema futebol, universidades públicas e privadas de São Paulo entraram em parceria com o UNICEF para elaboração dos jogos e tiveram como base competências de Português e Matemática da Provinha Brasil e da Avaliação Nacional de Alfabetização. (UNICEF, 2014c)

Segundo o UNICEF, a ação tem como finalidade que os jogos “[...]fortaleçam competências necessárias à alfabetização e ao raciocínio lógico de crianças de 6 a 8 anos do Semiárido brasileiro, para que a aprendizagem aconteça de forma divertida, interativa, motivadora e desafiadora.” (UNICEF, 2014b)

Em fevereiro de 2014, o UNICEF promoveu um encontro com universitários para esclarecer as etapas do concurso, apresentar o trabalho desenvolvido pelo órgão no semiárido e oferecer oficinas que estimulassem e contribuíssem na criação dos jogos. Cerca de 70 jovens estiveram presentes no evento e aos candidatos foi anunciado uma viagem à sede da Electronic Arts no Canadá, para o projeto vencedor. O relatório anual de 2014 já anunciava o grupo campeão do concurso entre os 17 projetos inscritos, no qual o jogo “Futebol de Botão” foi o grande favorito das crianças piauienses da cidade de Castelo do Piauí. (UNI, 2015, P.7)

### Pacto da Educação do Pará

Lançado no ano de 2013, o ‘Pacto pela Educação do Pará’ foi mencionado no relatório de 2014 como espaço de discussão e participação ativa do UNICEF. A iniciativa liderada pelo Governo do Estado do Pará, tem a contribuição do UNICEF e busca melhorar a qualidade da educação pública no estado mediante o baixo desempenho no âmbito educacional avaliado por indicadores nacionais como o IDEB. (UNI, 2015, P.7)

Segundo o Instituto Synergos, representante do site oficial do pacto, a estratégia foi desenvolvida a partir do Pacto Nacional de Educação e projetou para os cinco anos (2013-2017) as seguintes metas: 1.Melhorar o desempenho dos alunos; 2.Diminuir o abandono, a evasão e a defasagem idade-série; 3.Capacitar profissionais da educação; 4.Melhorar a infraestrutura; 5.Melhorar a gestão (Sistemas Estadual, Municipal e escolas); 6.Mobilizar a sociedade e 7.Utilizar tecnologia da informação. (INSTITUTO SYNERGOS, 2017). Em vista de alcançar as metas e aumentar em pelo menos 30% o IDEB do estado em todos os níveis até 2017, a iniciativa conta com a participação conjunta do governo, sociedade civil, iniciativa privada e organismos internacionais. (INSTITUTO SYNERGOS, 2017)

Embora não tenha sido identificadas notícias específicas sobre a atuação do UNICEF em conjunto com esta iniciativa no acervo digital de notícias de 2014, foi encontrado o programa em outros anos e também fora constatado dentre os projetos eleitos da iniciativa o programa “Alfabetização na Idade Certa”, desenvolvido pelo UNICEF e parceiros, o qual serviu de inspiração para a construção do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e apresentado no relatório de 2012.

### “Espaço de Discussão”

Apresentado junto ao Direito de Aprender, a promoção de espaços de discussão sobre educação contextualizada na região da Amazônia Legal, foi tema levantado no relatório de 2014. Apesar da abordagem não ter sido identificada com mais informações no acervo digital de notícias do ano, o UNICEF aponta que o tema tem sido discutido entre os principais parceiros na área da educação. De fato, deve-se reconhecer a importância de estruturar modelos educativos que refletem a realidade desses alunos, podendo estes se identificar, e que incluem sobre tudo a diversidade e demanda dessa região. (UNI, 2015, P.7)

## RELATÓRIO ANUAL 2015

Quadro 19: Análise Geral do Direito de Aprender - 2015

INICIATIVA	TEMÁTICA	ORGANIZADORES	PÚBLICO ALVO	REGIÃO TERRITORIAL
Exemplares Diretrizes em Ação	Formação Continuada	UNICEF e parceiros	Secretarias Municipais e Atores Educacionais	Brasil
Capacitação	Educação de qualidade	UNICEF	Funcionários Públicos	Semiárido
Implementação de Atividades Educativas e Culturais	Direito de Brincar	UNICEF	Governos Municipais	Ceará
Prêmio Itaú-UNICEF.	Educação Integral	UNICEF e Fundação Itaú Social	ONGs e Escolas	Brasil
Mobilização na Construção e/ou Revisão do PME	Política Pública	UNICEF, MEC e Ação Educativa (ONG)	Gestores Educacionais e Comunidade Escolar	Brasil
Projeto Rios de Inclusão	Inclusão	UNICEF, NCR do Brasil, Prefeitura de Belém, Governo do Estado do Pará e IPAT (ONG)	Diretores, Professores e Alunos	Belém (PA)

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 20: Prestação de Contas - 2014

<b>INVESTIMENTOS EM 2015</b>	<b>Total de Investimentos: R\$47,3 milhões</b>		
	<b>Direito de Aprender: R\$9.025.817,27</b>	<b>Pct.≈ 19,08%</b>	<b>Categ. 2º</b>
	<b>Políticas Públicas: R\$23.301.976,33</b>	<b>Pct.≈ 49,2%</b>	<b>Categ. 1º</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

No ano de 2015, a prestação de contas abordada no relatório anual do UNICEF, divulgou que a organização investiu em seu programa de cooperação no Brasil o total de R\$47,3 milhões. Em favor dos direitos de milhares de crianças e adolescentes, o órgão categorizou sete prioridades para aplicação dos recursos e investiu aproximadamente 49,2% de todo capital em

políticas públicas, sendo esta categoria a maior em quantia de capital aplicado. Em seguida, entre as sete categorias, o direito de aprender se destacou em segundo lugar com o investimento de R\$9.025.817,27 representando aproximadamente 19,08% do recurso levantado no ano.

Quadro 21: Temáticas Educacionais - 2015

<b>EXTENSÕES NO DIREITO DE APRENDER</b>	<b>Formação Continuada: 1</b>
	<b>Educação de Qualidade: 1</b>
	<b>Direito de Brincar: 1</b>
	<b>Educação Integral: 1</b>
	<b>Política Pública: 1</b>
	<b>Inclusão: 1</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre milhares de contribuições que o UNICEF tem promovido, lutando pela efetivação e defesa dos direitos de crianças e adolescente em tantos países, o direito de aprender conta com estratégias em diversas áreas educacionais, apresentando no relatório de 2015 seis temáticas diferentes das iniciativas mencionadas, sendo estas: formação continuada, educação de qualidade, direito de brincar, educação integral, política pública e inclusão.

Quadro 22: Organizadores - 2015

<b>MEMBROS ORGANIZADORES DAS INICIATIVAS</b>	<b>UNICEF: 2</b>
	<b>UNICEF + MEC + Governo Federal e Inst. AvisaLá: 1</b>
	<b>UNICEF + Fundação Itaú Social: 1</b>
	<b>UNICEF + MEC + Ação Educativa (ONG): 1</b>
	<b>UNICEF + NCR do Brasil + Prefeitura de Belém + Governo do Estado do Pará + IPAT (ONG): 1</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Afora das ações desenvolvidas pela equipe do UNICEF, como capacitações e atividades educativas relatadas no relatório, as iniciativas exibidas no ano de 2015 revela consigo importantes parcerias que tem contribuído no desenvolvimento dos projetos, contando com a

participação quase igualitária entre o poder público e organizações não governamentais, além das contribuições do setor privado.

Quadro 23: Público Alvo - 2015

<b>GRUPOS DAS AÇÕES DESTINADAS</b>	<b>Secretarias Municipais e Atores Educacionais: 1</b>
	<b>Funcionários Públicos: 1</b>
	<b>Governos Municipais: 1</b>
	<b>ONGs e Escolas: 1</b>
	<b>Gestores Educacionais e Comunidade Escolar: 1</b>
	<b>Diretores, Professores e Alunos: 1</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro acima evidencia que o público alvo das ações destacadas em 2015 aponta para uma grande parcela de agentes atrelados ao direito de aprender, sendo estes presentes em quatro das seis iniciativas destacadas. Portanto, além da menção de atores educacionais, funcionários públicos, diretores e professores, o grupo das ações destinadas focaliza também o poder público, representado acima pelos governos e secretarias municipais, ONG's, escolas e alunos.

Quadro 24: Região Territorial - 2015

<b>ÁREA DE INPLEMENTAÇÃO DAS INICIATIVAS EM 2015</b>	<b>Amazônia Legal: ≈ 16,6 %</b>	1/6
	<b>Semiárido: ≈ 33,3 %</b>	2/6
	<b>Brasil: ≈ 50%</b>	3/6

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo em vista as realidades e necessidades formativas de cada região, em 2015 as iniciativas no direito a aprender se destinaram metade para áreas específicas na região norte e nordeste do país e a outra metade abrangendo todo território brasileiro.

Descrição das Iniciativas:

#### Diretrizes em Ação: Qualidade no dia a dia na Educação Infantil

O UNICEF anunciou no relatório anual de 2015 sobre a importância da disseminação e

implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs). Deste modo, o órgão estabeleceu parcerias com o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Básica, a Coordenadoria Geral de Educação Infantil e o Instituto Avisa Lá, para a publicação do material “Diretrizes em Ação: Qualidade no dia a dia na Educação Infantil”, o qual fora distribuído em todo país. (UNI, 2016, P.8)

O projeto para o desenvolvimento do material ocorreu em duas etapas, no ano de 2011 e 2013, a partir do trabalho realizado em escolas do estado do Maranhão, com o apoio de 20 Secretarias Municipais de Educação (SEC). A produção deste conteúdo visa contribuir, através da elaboração do guia e vídeos, para a formação continuada de profissionais que atuam na área da educação Infantil. (AVISA LA, 2017)

Com destaque à alguns artigos, princípios da DCNEIs e sugestões de trabalho, o guia e a publicação completa do material está disponibilizada online no site oficial do Instituto Avisa Lá, organização que há 31 anos atua com a formação de educadores.

#### Prêmio Itaú-UNICEF

Abordado em mais um relatório, o Prêmio Itaú UNICEF foi mencionado com grande prestígio destacando os 20 anos de parceria entre as organizações. A iniciativa lançou no ano de 2015 sua 11ª edição com o tema “Educação Integral: Aprendizagem que Transforma”, além da premiação inédita a organização e a escola pública parceira, a iniciativa viabilizou também formação aos adolescentes e jovens em favor de uma educação participativa e de qualidade. (UNI, 2016, P.8)

#### Mobilização na Construção e/ou Revisão do PME

Em março de 2015 foi divulgado a parceria do UNICEF com a ONG Ação Educativa e a Fundação Amazonas Sustentável, em busca de impulsionar os municípios da Amazônia Legal na construção e/ou revisão do Plano Municipal de Educação (PME). Deste modo, promoveu-se em Manaus eventos com roda de conversa e oficina de capacitação à líderes de elaboração do plano em diversos municípios. (UNICEF, 2015a)

Esta ação que focalizava em especial a região de menor índice na elaboração do PME, se estendeu também a todo Brasil, com o apoio UNICEF, através da plataforma “De Olho nos Planos”. Visando a construção democrática e participativa, a ONG Ação Educativa afirma:

A iniciativa De Olho nos Planos está lançando uma rede em que não só gestores, como também representantes de Fóruns e Conselhos Municipais de Educação e integrantes da sociedade civil (estudantes, mães, pais, docentes e demais trabalhadores em educação, entre outros) podem interagir em temas relacionados à construção de seus Planos de



Educação. [...] a Rede De Olho nos Planos foi construída com o objetivo de apoiar a comunicação, a troca de informações e experiências e promover um espaço formativo para seus participantes. (AÇÃO EDUCATIVA, 2015)

A nota acima, divulgada em março de 2015, aponta a importância da construção coletiva dos planos educacionais, sejam eles de ordem nacional, estadual ou municipal, estes documentos, com força de lei, são fundamentais na promoção da educação de qualidade em todo país.

### Projeto Rios de Inclusão

O importantíssimo debate sobre a inclusão de alunos com deficiência foi mais uma vez abordado no relatório do UNICEF, e em 2015 apresentou o projeto Rios de Inclusão com a parceria do NRC do Brasil. A iniciativa em destaque, abordava sobre a capacitação de profissionais da educação e recursos pedagógicos para crianças com deficiência com apoio da prefeitura de Belém, Governo do Estado do Pará e a ONG IPAT. (UNI, 2016, P.8)

O projeto Rios de Inclusão visa sobretudo a inclusão escolar de crianças com deficiência no município de Belém (PA) e para isso tem trabalhado com diversos serviços na área da educação, saúde e assistência social. O projeto tem exercido em dois polos distintos, o polo de fortalecimento Institucional e de Gestão Escolar, contribuindo basicamente com o trabalho em rede e parcerias, e o Polo de Articulação Interinstitucional, com o apoio as famílias e as atribuições no campo da educação, saúde e assistência social.(RIOS DE INCLUSÃO, 2017)

### “Capacitação”

O relatório de 2015 anunciou sobre a capacitação de centenas de funcionários públicos para atuar nos municípios da região do semiárido, estes estariam aptos à avaliar, promover e implementar ações visando a melhoria na qualidade do ensino básico da educação pública brasileira. Ainda que temas como água e saneamento básico, educação contextualizada e diversidade étnica e racial, mencionados nesta mesma nota, façam parte de muitas ações apoiadas pelo UNICEF e identificada em programações atreladas ao Selo UNICEF Município Aprovado em 2015, o banco digital de notícias do órgão não divulgou mais detalhes sobre essa ação em específico. (UNI, 2016, P.8)

### “Implementação de Atividades Educativas e Culturais”

Divulgado no relatório anual, essa iniciativa implica em estratégias adquiridas por 60 municípios do Ceará em prol do direito de brincar e praticar esportes. A iniciativa conta com a promoção de atividades educativas e culturais atreladas às diretrizes nacionais e tendem a ser

referenciais para todo o país. Embora não se tenha mais informações sobre a implementação dessas atividades, em agosto de 2015 foi identificado no acervo digital de notícias encontros promovidos pelo UNICEF com a participação da esportista olímpica e embaixadora do UNICEF na Holanda, Ranomi Kromowidjojo, a qual participou de eventos no estado do Ceará e compartilhou um pouco de sua trajetória enquanto esportista e embaixadora à muitos adolescentes e jovens nos municípios de Eusébio e Fortaleza. (UNICEF, 2014d)

## RELATÓRIO ANUAL 2016

Quadro 25: Análise Geral do Direito de Aprender - 2016

NOME DA INICIATIVA	ÁREA	ORGANIZADORES	PÚBLICO ALVO	REGIÃO TERRITORIAL
Campanhas e Formação de profissionais	Direito à Educação	UNICEF, Fundação Roberto Marinho, Rede Globo	Sociedade Civil	Brasil
Prêmio Itaú UNICEF	Direito à Educação	UNICEF e Fundação Itaú Social	ONG's	Brasil
Projeto: "Busca Ativa Escolar"	Exclusão Escolar	UNICEF e Instituto Tim	Governos Municipais	Brasil
Projeto: Rios de Inclusão	Inclusão	UNICEF e parceiros	Alunos	Belém (PA)
Projeto: "Portas Abertas para Inclusão"	Inclusão	UNICEF, Instituto Rodrigo Mendes e Fundação F. C. Barcelona	Professores	16 principais cidades brasileiras.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 26: Prestação de Contas - 2016

<b>INVESTIMENTOS EM 2016</b>	<b>Total de Investimentos: R\$55,4 milhões</b>		
	<b>Direito de Aprender: R\$10.896.327,99</b>	<b>Pct.≈ 19,6%</b>	<b>Categ. 2º</b>
	<b>Políticas Públicas: R\$23.401.119,72</b>	<b>Pct.≈ 42,2%</b>	<b>Categ. 1º</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao longo dos anos o UNICEF tem se dedicado a levantar recursos para manter seu programa de cooperação no Brasil e obteve em 2016 o investimento de R\$55,4 milhões, assim mencionado na prestação de contas do relatório anual. Entre as sete áreas de proteção que vêm sendo assegurado pelo UNICEF, o direito de aprender recebeu o investimento de R\$10.896.327,99 o que expressa aproximadamente 19,6% de todo capital aplicado no ano.

Mediante a importância do investimento em políticas públicas, que compõe programas e projetos de grande relevância no âmbito da educação, o quadro acima apresenta o investimento de R\$23.401.119,72 em políticas públicas, ocupando o primeiro lugar na categoria de maiores quantias dos recursos aplicados. Esse alto valor, representando 42,2% do investimento do ano, deixa o direito de aprender ocupando a colocação do segundo lugar quando comparado entre todas as sete áreas de proteção.

Quadro 27: Temáticas Educacionais - 2016

<b>EXTENSÕES NO DIREITO DE APRENDER</b>	<b>Exclusão e/ou Evasão Escolar: 1</b>
	<b>Direito à Educação: 2</b>
	<b>Inclusão: 2</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre as cinco iniciativas abordadas no relatório de 2016, as temáticas levantadas referentes à educação se destacaram em três, sendo estas: Direito à Educação, Inclusão – representando cada uma delas duas iniciativas - e Exclusão e/ou Evasão Escolar. Isso enfatiza ainda mais a escola como um instrumento forte e essencial para o desenvolvimento de milhares de crianças e adolescentes, uma vez que todas as temáticas abordadas apontam não só para a educação, mas especialmente para o ambiente escolar.

Quadro 28: Organizadores - 2016

<b>MEMBROS ORGANIZADORES DAS INICIATIVAS</b>	<b>UNICEF, Fundação Roberto Marinho, Rede Globo: 1</b>
	<b>UNICEF e Fundação Itaú Social: 1</b>
	<b>UNICEF e Instituto Tim: 1</b>
	<b>UNICEF e parceiros: 1</b>
	<b>UNICEF, Inst. Rodrigo Mendes e Fundação F. C. Barcelona: 1</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

No desenvolvimento de suas iniciativas, o UNICEF tem contado com um grande número de parcerias, representados no âmbito da educação no relatório de 2016, principalmente por organizações sem fins lucrativos, com a participação da Fundação F. C. Barcelona, Fundação Roberto Marinho, Fundação Itaú Social, Instituto Tim e Instituto Rodrigo Mendes.

Quadro 29: Público Alvo - 2016

<b>GRUPOS DAS AÇÕES DESTINADAS</b>	<b>Sociedade Civil: 1</b>
	<b>ONG's: 1</b>
	<b>Governos Municipais: 1</b>
	<b>Alunos: 1</b>
	<b>Professores: 1</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Seguindo a análise do relatório de 2016, o quadro acima apresenta o público central das iniciativas registradas, podendo assim identificar as prioridades dentro de um grande grupo que se relaciona diretamente ao direito de aprender. Neste ano foi constatado grupos distintos para cada uma das iniciativas, compostos pela Sociedade Civil, ONG's, Governos Municipais, Alunos e Professores.

Quadro 30: Região Territorial - 2016

<b>ÁREA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS INICIATIVAS EM 2016</b>	<b>Amazônia Legal ≈ 20 %</b>	1/5
	<b>Brasil: ≈ 60 %</b>	3/5
	<b>16 principais cidades ≈ 20 %</b>	1/5

Fonte: Elaborado pela autora.

Ocupando a maior área territorial do continente, o Brasil apresenta vasta diversidade em toda sua extensão acompanhado também, durante anos, por uma grande desigualdade. Em vista de melhorias, as iniciativas se desenvolvem para todo o país, representado acima por 60% das ações descritas e para áreas de maior vulnerabilidade, como a Amazônia Legal.

Descrição das Iniciativas:

### Prémio Itaú UNICEF

O ‘Prémio Itaú UNICEF’ ganhou destaque em mais um relatório anual e desta vez enfatizaram a contribuição da iniciativa em treinamentos para milhares de organizações da sociedade civil em prol da garantia do direito à educação e da luta contra a desigualdade. Foi identificado no acervo digital de notícias treinamentos promovidos pelo programa através de cursos gratuitos e debates virtuais com os respectivos temas: ‘Mobilização de recursos: conquistar e manter’ e ‘Intencionalidade educativa das ações socioeducativas’(UNI, 2017, p.10)

### Busca Ativa Escolar

O Instituto Tim e o UNICEF estabeleceram parceria e já há alguns anos tem estudado para elaborar uma estratégia em combate à exclusão escolar no Brasil. O relatório de 2016 alega sobre o desenvolvimento de um software para auxiliar na identificação e mapeamento de crianças fora da escola, contribuindo desta forma, para o desenvolvimento e avanço da educação em muitos municípios. A plataforma denominada ‘Busca Ativa Escolar’, tinha lançamento previsto para o ano de 2017 e recentemente, a partir de junho de 2017, a página do ‘Busca Ativa Escolar’ já está disponibilizada para uso. Segundo os organizadores do programa,

A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados terão dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a inclusão escolar. (UNICEF, TIM, I. 2017)

Além do Instituto Tim e do Unicef, a plataforma gratuita surgiu também em parceria com a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social), que juntos apostam nessa estratégia para a busca ativa de 2,8 milhões de crianças e adolesces que ainda permanecem fora da escola. (UNI, 2017, p.10)

### Projeto Rios de Inclusão

Em 2016 o relatório anual do UNICEF exibiu em mais um ano a atuação do ‘Projeto Rios de Inclusão’ no município de Belém, compartilhando a enorme contribuição do projeto para o ingresso de alunos com deficiência nas escolas públicas do município. Em maior aproximação das ações, o relatório apresentou em especial um dos casos em que o aluno com

deficiência foi grandemente beneficiado pela atuação do projeto e teve seu direito à vaga na escola garantido. (UNI, 2017, p.10)

### Portas Abertas para Inclusão

Implementado no ano de 2012, o projeto ‘Portas Abertas para Inclusão’ luta pelo direito de cada criança e adolescente brincar e praticar esporte; sem restrições, o projeto apoia a inclusão de crianças com deficiência na prática do esporte seguro. Essa iniciativa partiu da parceria entre o UNICEF, o Instituto Rodrigo Mendes e a Fundação FC Barcelona, atingindo o total de 15 estados brasileiros e objetivando a formação de educadores em diversas escolas.(INSTITUTO R. M. 2017)

Em 2016 o Brasil sediou na cidade do Rio de Janeiro as paraolimpíadas, o qual teve grande significado e contribuição para a expansão da temática e divulgação do projeto, ganhando destaque em eventos durante as semanas dos jogos. Em maio de 2016, o UNICEF divulgou sobre o trabalho que vem sendo realizado nesta parceria e apontou,

No decorrer do projeto, os participantes do Portas Abertas são estimulados a repensar como acontecem as aulas de educação física na sua escola, criando novas atividades, adaptando materiais, superando preconceitos. A partir de um diagnóstico sobre a realidade de cada escola, os profissionais criam novas propostas pedagógicas e trocam experiências entre si. (UNICEF, 2016a)

### “Campanhas e Formação de profissionais”

Em busca por uma educação de qualidade, o relatório exibiu mais uma vez a parceria com a Fundação Roberto Marinho e a Rede Globo, ressaltando sua atuação em favor do direito à educação. O Globo Educação, apresentado no relatório de 2013, foi responsável pela iniciativa na formação de jornalistas e elaboração de campanhas para maior divulgação do direito à educação. Embora a iniciativa não tenha sido melhor detalhada no banco digital de notícias do UNICEF, durante a pesquisa identificou-se matérias e vídeos na plataforma do globo educação sobre a campanha mencionada no relatório, abordando a temática de incentivo a volta às aulas. (UNI, 2017, p.10)

#### 4 CONTEXTO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

De acordo com dados apresentados no capítulo anterior, é possível conhecer parte da atuação do UNICEF em seu programa de cooperação no Brasil, especificamente de suas contribuições na educação. O campo de ação de organismos internacionais em âmbitos nacionais tem crescido cada vez mais, e se tornam ainda mais significativo em países subdesenvolvidos ou países em desenvolvimento, como o caso do Brasil (TEODORO, 2003). Essas nações apresentam baixos índices de desenvolvimento humano e socioeconômico comparado com países desenvolvidos, o que atualmente tem favorecido para que os Estados ampliem seus horizontes e as muitas organizações atuem de forma prática e política em todas as esferas da sociedade. Os diversos índices estatísticos mencionados no capítulo 3, – principalmente dados do Selo UNICEF – exibem melhorias em vários contextos educacionais, contudo não deixa de testificar a realidade de um país abalado pelas desigualdades e de uma nação que ainda aguarda por justiça e equidade, onde muitos clamam pela garantia de seus direitos e por melhorias em toda rede de serviços públicos.

Vimos anteriormente que o UNICEF é um órgão comprometido com a garantia dos direitos da infância e da adolescência no mundo todo e que o histórico de sua atuação no Brasil, atesta grandes avanços em favor de inúmeras meninas e meninos brasileiros. Desta forma, este capítulo visa apresentar dados que configurem o cenário da atuação do UNICEF durante os últimos cinco anos, exemplificando por meio de gráficos, de que forma o Estado brasileiro tem permitido as ações desse órgão no campo da educação e quais as principais áreas e estratégias adotadas pelo UNICEF durante este período.

O quadro abaixo (Quadro 25) apresenta todas as iniciativas mencionadas nos relatórios analisados e que totalizaram dentro do ‘direito a aprender’ 26 iniciativas distintas. É possível identificar que o ano de maior descrição das ações do UNICEF na educação e da menção de diferentes programas e projetos se centralizaram em 2013, com 8 iniciativas dentre as 26, seguido pelos anos de 2012, com 6 iniciativas mencionadas, 2014 e 2015 com a mesma quantidade de 5 iniciativas abordadas e por último o ano de 2016 que apresentou apenas 2 novas iniciativas não descritas durante os 5 anos.

A pesquisa identificou que entre as 26 iniciativas apresentadas, apenas 4 delas foram repercutidas mais de uma vez em todos os relatórios, o que indica que em suma maioria o relatório prezou pela apresentação de novos projetos e programas, não necessariamente exibindo um acompanhamento das iniciativas já estabelecidas. As exceções se destacam principalmente com a divulgação do “Prêmio Itaú-UNICEF” e do “Selo UNICEF Município

Aprovado”, programas que vem sendo produzidos através de edições e que apresentam seus resultados anualmente e a cada 4 anos respectivamente. Além das 26 iniciativas, destaquei no relatório de 2013 a Plataforma dos Centros Urbanos, um programa desenvolvido pelo UNICEF que foi regularmente mencionado adentro do campo das políticas públicas, mas que não só tem sido uma das principais ações do órgão, como incorpora práticas muito significativas na área da educação.

Quadro 31: Iniciativas 2012-2016

1.	Metodologia “Selo Município Aprovado”
2.	Protocolo de Intenções
3.	Programa “O Ceará Cresce Brincando”
4.	Série de Publicações
5.	Programa “Palavra de Criança”
6.	Programa “Alfabetização na Idade Certa”
7.	Campanha “Fora da Escola não pode”
8.	Guia “Todos podemos é disso que se trata”
9.	Projeto “Toda Escola do Semiárido com Água de Qualidade, Banheiro e Cozinha
10.	Coleção “Educação e Relações Raciais”
11.	Prêmio Itaú-UNICEF
12.	Campanha Digital “Vim para UNICEF”
13.	Produção de Conteúdos
14.	Desenvolvimento de estratégias / Busca Ativa Escolar
15.	Publicação “O Enfrentamento da Exclusão Escolar”
16.	Evento sobre Inclusão Escolar
17.	Concurso de “Desenvolvimento de Jogos Digitais”
18.	Promovendo espaços de discussão
19.	Pacto da Educação do Pará
20.	Exemplares Diretrizes em Ação
21.	Capacitação
22.	Implementação de Atividades Educativas e Culturais
23.	Mobilização na construção e/ou revisão do PME

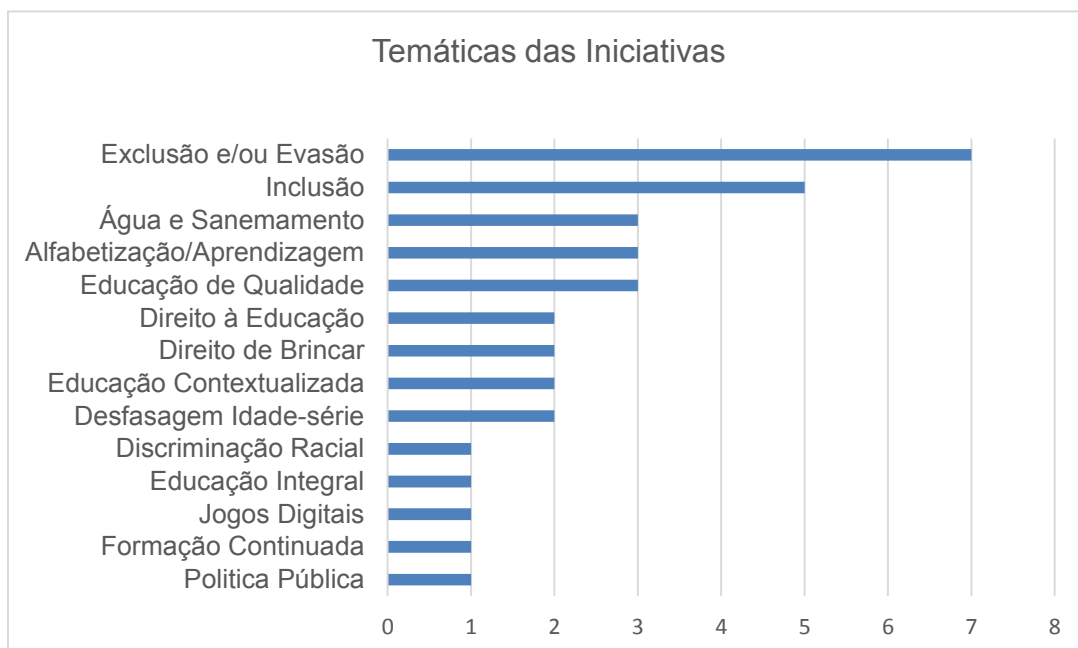


24.	Projeto Rios de Inclusão
25.	Campanhas e Formação de profissionais
26.	Projeto: “Portas Abertas para Inclusão”
27.	Plataforma dos Centros Urbanos

Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico a seguir (Gráfico 1) foi construído visando compreender quais os principais aspectos da educação que o UNICEF tem priorizado para o desenvolvimento ou apoio de novas estratégias, o que evidentemente aponta para aspectos de maior preocupação no contexto educacional brasileiro. As ‘extensões no direito a aprender’ está diretamente relacionado com as diversas temáticas das 26 iniciativas apresentadas. É importante ressaltar que muitas das iniciativas abrangem mais de uma temática ou problemática na área da educação, o que torna o número representativo das temáticas muito maior que a quantidade de iniciativas. Desta forma, foi encontrado no decorrer da análise 14 temáticas distintas, do qual ‘Exclusão e/ou Evasão Escolar’ foi o contexto mais abordado entre as iniciativas, com o total de 7 menções a cerca tema, seguido por, ‘Inclusão’, ‘Água e Saneamento Básico’, ‘Alfabetização/Aprendizagem’, ‘Educação de Qualidade’, ‘Direito à Educação’, ‘Direito de Brincar’, ‘Educação Contextualizada’, ‘Defasagem Idade-Série’, ‘Discriminação Racial’, ‘Educação Integral’, ‘Jogos Digitais Educativos’, ‘Formação Continuada’ e ‘Política Pública’.

Gráfico 1: Temática Gerais 2012 - 2016

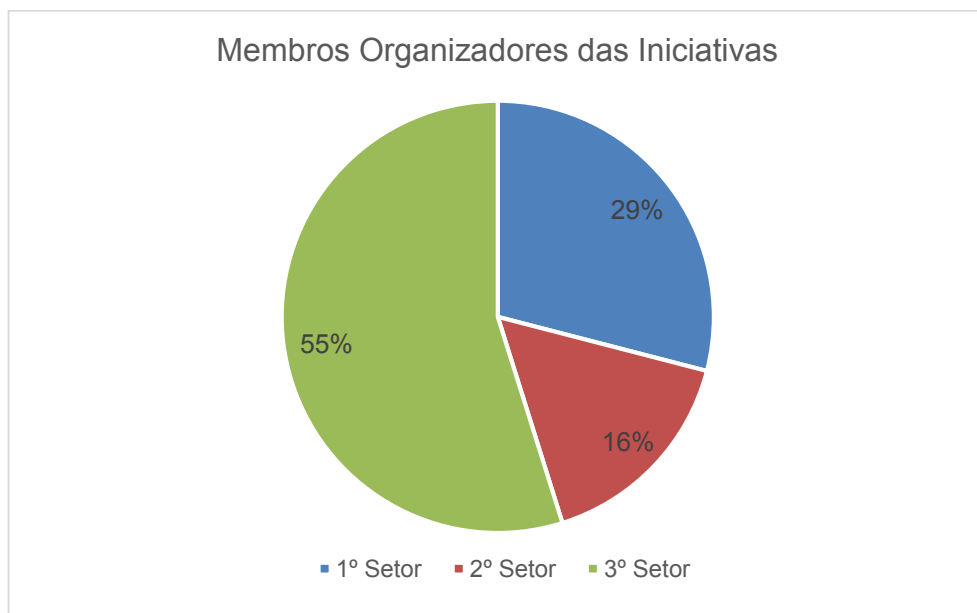


Fonte: Elaborado pela autora.

É interessante analisar que embora exclusão/evasão escolar seja a principal temática das ações do UNICEF na educação, sabemos que este tema se relaciona diretamente a abordagem sobre distorção idade-série e que este é um grande desafio da educação brasileira, no entanto, poucas iniciativas se atribuíram a essa temática, sendo superada por princípios básicos que o Brasil ainda enfrenta como água e saneamento.

Deve-se ressaltar também que o número de iniciativas apresentadas em relação a formação continuada se limitou a apenas uma, ainda que no decorrer da descrição das iniciativas, o capítulo 3 abordou outras ações que se empenharam em realizar capacitações com professores e educadores. Isso se justifica pelo fato de que a maioria das abordagens a cerca da formação continua serviu de “instrumento” para aprimoramento em prol de outras temáticas, como inclusão e alfabetização/aprendizagem, portanto, não foram centro ou temática exclusiva das iniciativas criadas.

Gráfico 2: Organizadores 2012 - 2016



Fonte: Elaborado pela autora.

O esquema acima (gráfico 2) foi desenvolvido a partir da premissa dos organizadores, o qual clarificava a respeito dos membros responsáveis pela criação das iniciativas abordadas no relatório. Para além da participação do UNICEF, esses grupos integram o poder público (1º setor), empresas privadas (2º setor) e organizações sem fins lucrativos (3º setor). Desta forma, busquei destacar acima qual entre os três setores compôs a maior porcentagem na participação

organizacional das iniciativas, representado em primeiro lugar pelas organizações sem fins lucrativos (3º setor), em segundo pelas empresas privadas (2º setor) e por último o poder público (1º setor).

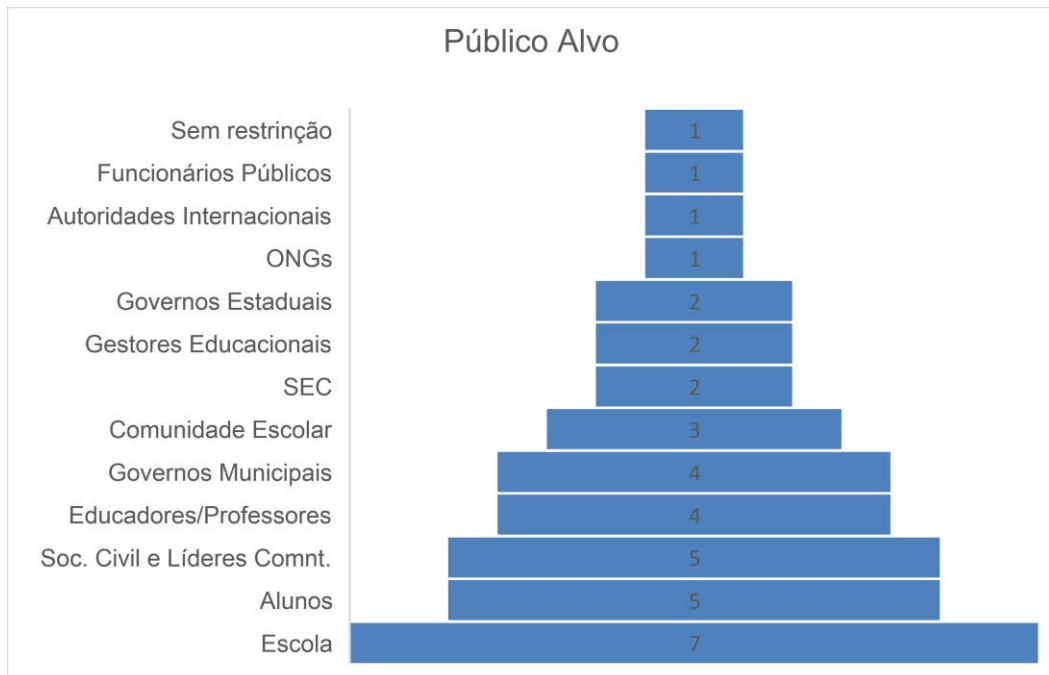
Através da análise sobre gráfico 2 e da organização estrutural dos relatórios, levanto três considerações muito relevâtes a cerca da contribuição dos três setores. Primeiramente, a menor porcentagem apresentada no gráfico se torna ainda mais enfática quando vemos o setor público ocupando essa posição, visto que o próprio Estado é não só responsável pela oferta e garantia da educação básica, como também é o agente principal que outorga as atuações de organizações internacionais atuantes dentro das políticas públicas nacionais.

Em segundo lugar, o setor privado aparece como o segundo maior grupo responsável pela organização das iniciativas, contudo, não podemos esquecer que como mencionado no início deste trabalho, os relatórios anuais do UNICEF apresentam uma sessão exclusiva para seu programa de alianças corporativas, divulgando listas de empresas que tem contribuído para programas e projetos do órgão. Isso significa que embora o setor privado apareça em menor destaque dentre os organizadores das iniciativas, sua contribuição para com o órgão é numerosa, podendo superar o aporte do 1º e 3º setor.

E por fim, a forte participação ativa de organizações sem fins lucrativos na organização das iniciativas, evidencia que o fundo tem buscado e encontrado apoio principal para elaboração de seus programas e projetos através de ações assistencialistas, ou seja, ONGS's, institutos, entidades e outras organizações da sociedade civil que tem ocupado e exercido um papel muito significativo para acesso e melhorias na educação.

A seguir, apresento no gráfico abaixo a relação dos principais públicos ou espaços em que as iniciativas foram destinadas.

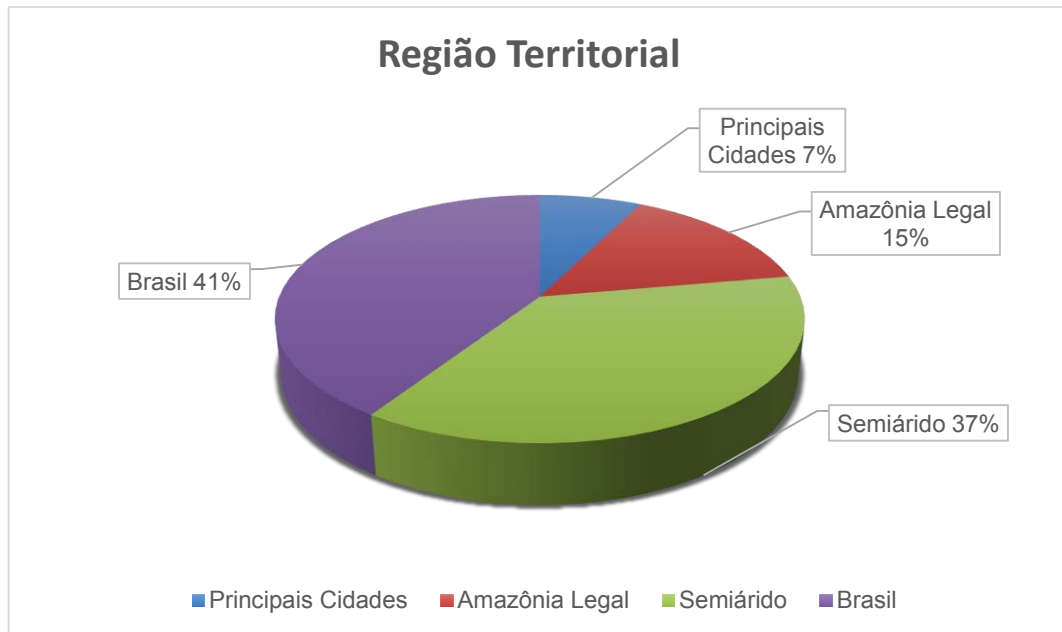
Gráfico 3: Público Alvo 2012 - 2016



Fonte: Elaborado pela autora.

Tratando-se de direito a aprender, não é estranhez reconhecer a escola e sua comunidade como alvos centrais das iniciativas. Obviamente todas as ações do UNICEF tem como público alvo final as crianças e adolescentes, contudo, sabemos que para atingi-los e lutar pela garantia de seus direitos, é fundamental que seja desenvolvido estratégias para todos aqueles responsáveis pela promoção desses direitos, ou seja, família, sociedade e Estado. Sobre a análise do público alvo é curioso identificar ainda, que os Governos Municipais estão entre os principais alvos das iniciativas, o que realça que ações dentro dos municípios partem também de estratégias implementadas por organizações internacionais, no entanto, se voltarmos aos principais membros organizadores das iniciativas (gráfico 2), é possível identificar o poder público ocupando a menor porcentagem na elaboração destas. Conclui-se portanto, que embora os Governos Municipais tenham sido apresentados como um dos principais alvos de implementação das iniciativas do UNICEF, é também o menor grupo que colabora para a efetivações delas.

Gráfico 4: Região Territorial 2012 - 2016



Fonte: Elaborado pela autora.

Sob observação do território brasileiro, a análise a cerca da região de implementação das iniciativas, visa sobre tudo, conhecer quais as localidades prioritárias de atuação do UNICEF, posto que o órgão alveja as áreas de maior vulnerabilidade do país em que atua. A pesquisa evidenciou que em primeiro lugar as iniciativas atingiram de modo geral a todos os estados brasileiros, a medida que muitas ações – principalmente com o uso dos meios tecnológicos – se expandem para diversas regiões com facilidade. Em segundo lugar, os estados do semiárido recebeu grande parcela de projetos e programas traçados ou apoiados pelo UNICEF, representados pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e norte de Minas Gerais.

A região da Amazônia Legal foi alvo de 15% das iniciativas, embora esteja incluído dentre as iniciativas uma das principais frentes de atuação do fundo, o Selo UNICEF Município Aprovado, a porcentagem das ações no local permanece baixo mediante a enorme demanda e desafios que essa região enfrenta. A Amazônia Legal é representada por nove estados, sendo estes: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondonia, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

Por último, a região destinado a principais cidades foram aqui representadas por duas iniciativas em específico, a Plataforma dos Centros Urbanos (PCU) e o projeto Portas Abertas para Inclusão. A atuação do PCU está concentrada em dez capitais do Brasil, tingindo: Belém, Fortaleza, Maceió, Manaus, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luis, São Paulo e Vitória. Já

o projeto Portas Abertas para Inclusão atua em 16 cidades, basicamente pelas mesmas cidades citadas do PCU, com exceção de: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Natal, Porto Alegre, e Belford Roxo.

Em linhas gerais, a região específica no território brasileiro que mais recebe as implementações das iniciativas traçadas ou apoiadas pelo UNICEF, é a região do semiárido, o qual enfrenta desafios severos pelas condições climáticas e extrema pobreza. Dentre todos os estados se destacam o Piauí e o Ceará, regiões mais citadas dentre as ações destinadas ao semiárido e que conseqüentemente tem apresentado avanços significativos nos índices educacionais.

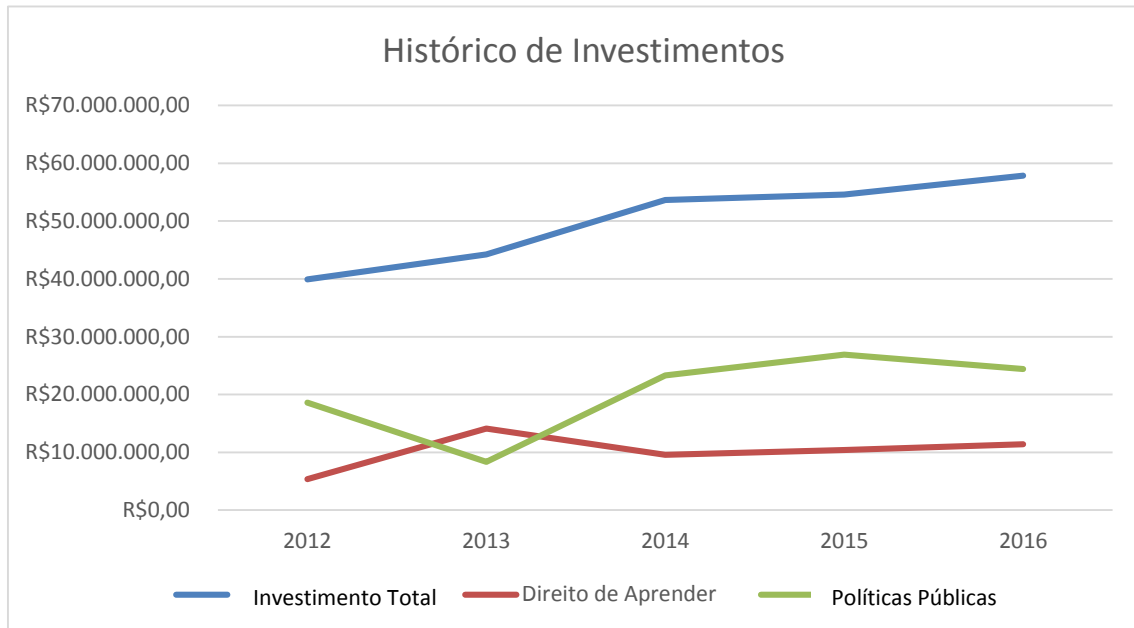
A última premissa a ser destacada é dos investimentos, o qual indica dados em relação a arrecadação e aplicação dos recursos financeiros, meios que facilitam compreender o histórico das atuações do UNICEF no Brasil nos últimos cinco anos.

Quadro 32: Prestação de Contas 2012 - 2016

	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Invest. Total	R\$ 39.896.574,96	R\$ 44.204.779,15	R\$ 53.619.298,06	R\$ 54.604.784,70	R\$ 57.855.278,74
Direito de Aprender	R\$ 5.358.089,44	R\$ 14.140.423,51	R\$ 9.573.292,14	R\$ 10.419.721,12	R\$ 11.379.243,56
Políticas Públicas	R\$ 18.581.341,22	R\$ 8.362.181,33	R\$ 23.303.601,71	R\$ 26.900.621,58	R\$ 24.438.236,54

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 5: Investimentos 2012-2017



Fonte: Elaborado pela autora.

A cada ano o UNICEF exibiu uma sessão específica nos relatórios anuais apresentando um parecer quanto a arrecadação e aplicação dos recursos. De acordo com os documentos, os recursos financeiros provêm de doações voluntárias de pessoas físicas e jurídicas, de organizações, de governos e da venda de produtos licenciados. Além disso o fundo conta com o apoio financeiro oriundo da sede em Nova York, de comitês espalhados em vários países (responsáveis pela arrecadação de recursos) e do programa de alianças corporativas.

No capítulo 3 foi retratado a prestação de contas do fundo ano a ano, representados pelos quadros 2, 8, 14, 20, e 26. Os valores mencionados nessas tabelas foram atualizados de acordo com os ajustes contábeis de setembro de 2017, reproduzidos no quadro 32. Com base nestes valores, elaborou-se os resultados dos investimentos de 2012 à 2016 (gráfico 5), indicando o histórico de aplicação de capital no programa de cooperação no Brasil e a análise específica dos investimentos na educação – Direito de Aprender – e nas políticas públicas.

Por meio do gráfico 5, é possível reconhecer no investimento total do fundo avanços significativos de 2012 à 2014, porém, os anos que se sucedem já não correspondem a tais aumentos, representados por valores aplicados muito próximos entre um ano e outro.

É interessante o comparativo entre o direito de aprender e as políticas públicas, visto que ambas frentes estejam muito relacionadas. Durante os últimos cinco anos, as políticas públicas superaram os valores aplicados a educação, com exceção do ano de 2013, em que a

educação apresentou aumento significativo na aplicação de capital – por conseguinte no número de iniciativas apresentadas nos relatórios – e que excedeu as políticas públicas, por esta ter sofrido forte redução da aplicação de recursos de 2012 para 2013.

De modo geral, o quadro atual do investimento de capital aponta para indicadores sem grandes avanços, dado que, embora os valores dos investimentos totais não tenha retrocedido após a alta de 2013, a aplicação de recursos no Brasil nos últimos três anos obteve baixo crescimento. Ademais, desde 2014, o direito de aprender manteve valores muito aproximados e as políticas públicas tiveram queda em seus investimentos 2015 para 2016. Sendo assim, ainda que os dados não revelem grandes avanços ou retrocessos, seria ariscado destacar possíveis previsões pois, além de dependências econômicas globais, o gráfico aparenta em alguns momentos quase que estático e em outros, com pequenos índices de alta ou baixa, certificando um cenário duvidoso e instável.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendo neste trabalho ter contribuído para uma rica discussão acerca da influência de organismos internacionais para as políticas educacionais nacionais, visto que, as tomadas de decisões do Estado estão diretamente relacionadas ao processo de globalização, especialmente ao que diz respeito a reconfiguração da economia global.

Partindo dos grandes avanços tecnológicos, a sociedade como um todo, sofreu transformações significativas em seu desenvolvimento, trazendo novos significados ao tempo e espaço, que aparentemente já não estão submetidos a limitações territoriais. Essas mudanças tiveram forte reflexo na relação entre as nações e as transações de mercado, o que conduziu ao surgimento de novos “modelos” da economia política global.

Por sua vez, a educação não se absteve das influências de forças erosivas transnacionais, a qual tem sido (re)pensada para além do seu poder sociotransformador e conduzida a novas políticas e estruturas de “forças modeladoras do caráter transnacional” (BAUMAN, 1999).

Os estudos de Dale R. (2001) revelam perspectivas diferentes de compreender essas “novas tendências” educacionais, exibindo por um lado, uma ideologia supranacional que segue normas e culturas universais do mundo dominante e por outro, uma lógica concebida pelo próprio autor que questiona os efeitos da globalização e aponta para uma agenda global da educação, produzido através da relação entre os Estados-nação e a globalização.

A partir disto, a autenticidade de valores e princípios culturais das nações aparentam facear sérios riscos, mediante a influência de potências mundiais e a rica trajetória histórica adentro de contextos singulares de cada região memorável das nações. Além disso, a supremacia do Estado passa a ser questionada, uma vez que este apresenta-se sujeito a lógicas do mercado mundial e assume posicionamentos do caráter neoliberal, ampliando neste sentido as influências e atuações de organismos internacionais em suas políticas internas.

Desta forma, o referido estudo buscou compreender de que maneira os organismos internacionais tem influenciado na educação pública brasileira, tomando como base do estudo a atuação do UNICEF nos últimos cinco anos.

A análise dos relatórios anuais do UNICEF evidenciou resultados significantes de 2012 a 2016, destacando o direito a vida, a educação, a saúde, a segurança e prioridade nas políticas públicas de crianças e adolescentes, compreendidos enquanto sujeitos de direitos em condição peculiar do desenvolvimento humano. Todos estes direitos contemplam áreas de proteção da criança e do adolescente que vêm sendo assegurando pela atuação do fundo em diversos países.

A pesquisa enfatizou a análise sobre o direito de aprender, identificando segundo as prioridades do UNICEF, as regiões de maior vulnerabilidade do país e conseqüentemente temáticas e grupos específicos que retratam fatores dos maiores desafios para o avanço da educação pública brasileira. Em destaque, o semiárido, a amazônia legal e os centros urbanos, representam territórios predominantes da atuação do UNICEF e de desenvolvimento social precário no país.

Em prol dos direitos da criança e do adolescente, constatou-se também por meio dos relatórios, os principais setores da sociedade que tem atuado em conjunto com o fundo, constituído de forma geral pelo poder público, empresas privadas e organizações sem fins lucrativos.

Ao final de 2016 o UNICEF celebrou 70 anos de existência, compartilhando parte suas conquistas em todos esses anos através da divulgação dos relatórios anuais, documento de registro de inúmeros programas e projetos que tem sido traçado ou apoiado pelo órgão por meio de parcerias e doações voluntárias.

Por fim, à vista do exposto neste trabalho, acredito que a educação nacional deve responder por políticas globais ainda mais determinantes, no entanto, prezo por posicionamentos frente a esse quesito que também realçam a importância de acentuar as responsabilidades do Estado para com a sociedade, promovendo este uma educação de qualidade a todos, em defesa da singularidade e diversidades do país acima de pretextos econômicos mundiais, em vista não apenas a garantia do direito a educação – que é primordial, portanto, “considera-se assegurado” – mas principalmente a formação integral do cidadão.

## REFERÊNCIAS

- ACAO EDUC. **Coleção Educação e Relações Raciais**. 2017. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/colecao-educacao-e-relacoes-raciais/>> Acesso em: 20 set. 2017
- ACAO EDUC. **Plataforma possibilita interação e suporte para a construção de planos municipais de educação**. Notícias. Educação. Mar.2015. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/colecao-educacao-e-relacoes-raciais/>> Acesso em: 20 set. 2017
- APDMCE. **O Ceará Cresce Brincando**. 2017. Disponível em: <<http://www.apdmce.com.br/index.php/projetos/o-ceara-cresce-brincando>> Acesso em: 20 set. 2017
- AVISA LA. **Diretrizes em Ação**. Home. Programas. 2017. Disponível em: <<http://avisala.org.br/index.php/programas/programa-diretrizes-em-acao/>> Acesso em: 20 set. 2017
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1999. 145 p.
- BOGDAN, R., BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Lei n.º 8.069/90 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre a Proteção Integral da Criança e do Adolescente. 1990. Lei Federal.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010**. Modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. 2010. Lei Federal.
- DALE, R. Globalisation: a new world for comparative education? In: SCHRIEWER, J. **Discourse and Comparative Education**. Berlim: Peter Langer, 1998a
- \_\_\_\_\_. Specifying global effects on national policy. **Journal of Education Policy**. [st], 1998b
- \_\_\_\_\_. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma Cultura Educacional Mundial Comum ou localizando uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação?. **Educação, Sociedades & Cultura**, Porto, n.16, p.133-169, 2001.
- EVANGELISTA, O. Governança global e diretrizes internacionais para a educação na União Européia - com Fátima Antunes. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 449-465, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9801/9037>>. Acesso em: 27 set. 2017

FREITAS, D. N. T. de. A Avaliação Educacional como objeto de recomendações internacionais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 79-100, jan/jun. 2005b.

FULLGRAF, J. B. G. **O UNICEF e a política de educação infantil no governo Lula**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

INSTITUTO R. M. **Portas Abertas para Inclusão**. Educação Física Inclusiva. 2017. Disponível em: < <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio> > Acesso em: 20 set. 2017

INSTITUTO S. **Estratégia e Projetos**. Pacto Pela Educação do Pará. Sobre o Pacto. 2017. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_26149.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_26149.html) > Acesso em: 20 set. 2017

INSTITUTO TIM. **Instituto TIM e UNICEF: Fora da Escola Não Pode!**. Maio. 2016. Vídeo disponível no Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IylFT1oEoxs>> Acesso em: 20 set. 2017

ITAU SOCIAL. **Prêmio Itaú-Unicef**. 2017. Disponível em: <<https://itausocial.org.br/ptbr/programas/educacao-integral/premio-itaunicef> > Acesso em: 20 set. 2017

LIMA, T. C. S. de, MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, n.esp., p.37-45, 2007.

ODM BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2017. Disponível em: < <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio> > Acesso em: 20 set. 2017

ONUBR. **A ONU e as Crianças**. 2017b. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/criancas/>> Acesso em: 20 set. 2017

ONUBR. **Organismos**. 2017a. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/> > Acesso em: 01 set. 2017

PAIC. **História**. Home. Mais Paic. Histórico. 2017a. Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/opaic/historico/historia> > Acesso em: 20 set. 2017

PAIC. **História do MAIS PAIC**. Home. Mais Paic. 2017b. Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/opaic/historico/historia> > Acesso em: 20 set. 2017

RIOS DE INCLUSÃO. **Projeto Rios de Inclusão**. 2017. Disponível em: <<http://riosdeinclusao.org> > Acesso em: 20 jun. 2017

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - Número I - Julho de 2009, p.1-15

TEODORO, A. **Globalização e educação**: políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo, SP: Cortês: Instituto Paulo Freire, 2003. 167p.

UNI. **Relatório Anual 2012**. Unicef. Brasília, DF. Ano 9 • nº 26. Abril de 2013. 16p.  
Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/br\\_UNI26\\_relatorioanual.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/br_UNI26_relatorioanual.pdf)> Acesso em: 20 set. 2017

UNI. **Relatório Anual 2013**. Unicef. Brasília, DF. Ano 10 • nº 28. Abril de 2014. 16p.  
Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/UNI2013.pdf>> Acesso em: 20 set. 2017

UNI. **Relatório Anual 2014**. Unicef. Brasília, DF. Ano 11 • nº 30. Janeiro 2015. 16p.  
Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/br\\_UNI2014.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/br_UNI2014.pdf)> Acesso em: 20 set. 2017

UNI. **Relatório Anual 2015**. Unicef. Brasília, DF. Ano 12 • nº 33 • Janeiro de 2016. 20p.  
Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/UNI2015.pdf>> Acesso em: 20 set. 2017

UNI. **Relatório Anual 2016**. Unicef. Brasília, DF. Ano 13 • nº 36 • Janeiro de 2017. 20p.  
Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/pt/UNI2016.pdf>> Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Adolescentes e gestores participam de encontro do Selo UNICEF em Colatina**. Imprensa. Notícias. Vitória. Mar. 2014d. Disponível em:  
<[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_26149.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_26149.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Adolescentes e jovens brasileiros vão aos EUA discutir inclusão escolar**. Imprensa. Notícias. Brasília. Set. 2014a. Disponível em:  
<[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_27989.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_27989.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Agenda Criança Amazônia**. Onde atuamos. 2017c. Disponível em: <  
[https://www.unicef.org/brazil/pt/where\\_12407.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/where_12407.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Educação integral**: Crer e fazer é o mote da 10ª edição do Prêmio Itaú-Unicef, que será lançado hoje, em São Paulo. Imprensa. Notícias. São Paulo. Abr. 2013c. Disponível em:  
< [https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_25234.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_25234.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Esporte abre as portas da escola para crianças com deficiência**. Imprensa. Notícias. Rio. Mai. 2016a. Disponível em:  
<[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_33300.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_33300.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Estudantes de São Paulo participam de evento de abertura do concurso de jogos digitais do UNICEF em parceria com Electronic Arts**. Imprensa. Notícias. São

Paulo. Fev. 2014b. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_26727.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_26727.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Fora da escola não pode!**. Nossas Prioridades. 2017e. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/activities\\_26691.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/activities_26691.htm)> Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Fora da Escola Não Pode!** UNICEF participa do Fórum da Undime e alerta dirigentes municipais de educação sobre exclusão e abandono escolar. Imprensa. Notícias. Maio, 2013a. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_25453.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_25453.html)> Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Globo e UNICEF firmam compromisso com a agenda educacional do País.** Imprensa. Notícias. Brasília. Mai. 2013e. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_25475.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_25475.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Jornalistas da Globo participam de debate sobre desigualdades na educação.** Imprensa. Notícias. São Paulo. Set. 2013f. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_26074.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_26074.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Municípios são mobilizados para a elaboração de Planos de Educação.** Imprensa. Notícias. Manaus. Mar. 2015a. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_26149.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_26149.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **O Enfrentamento da Exclusão Escolar no Brasil.** Nossas Prioridades. Educação. Publicações. 2017g. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/activities\\_27904.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/activities_27904.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Pacto Um mundo para a criança e o adolescente do Semiárido.** Onde atuamos. 2017d. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/where\\_9762.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/where_9762.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Palavra de Criança.** Out. 2012c. Vídeo disponível no Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rsmRinDhvae> > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Palavra de Criança e a educação de qualidade.** Imprensa. Notícias. Fortaleza. Out. 2012b. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_14522.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_14522.htm)> Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Quem Somos.** Histórico. 2017a. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/overview\\_9489.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9489.html)> Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Selo UNICEF.** 2017b. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/where\\_9763.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/where_9763.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. Toda escola com água de qualidade, banheiro e cozinha. Elaboração: **Serta.** 2013b. 46p. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/br\\_guiia\\_toda\\_escola\\_agua\\_banheiro\\_cozinha\\_sab1316.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/br_guiia_toda_escola_agua_banheiro_cozinha_sab1316.pdf) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Todos podemos...é disso que se trata**. Biblioteca. Publicações. 2017f. Disponível em: < [https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_26679.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_26679.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **UNICEF e Electronic Arts lançam concurso de jogos digitais para crianças**.

Imprensa. Notícias. São Paulo. Fev. 2014c. Disponível em:

<[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_26684.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_26684.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **UNICEF, Integração Nacional e MDS assinam acordo para garantir água de qualidade nas escolas da região do Semiárido nordestino**. Imprensa. Notícias. Jul. 2012d.

Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_23775.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_23775.htm) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Vila Sésamo e UNICEF no Brasil anunciam iniciativa conjunta chamada**

**Incluir Brincando**. Imprensa. Notícias. Fortaleza. Dez. 2012a. Disponível em:

<[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_24630.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_24630.htm)> Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF. **Vim e UNICEF lançam campanha por saneamento e água nas escolas do**

**Semiárido**. Imprensa. Notícias. São Paulo. Out. 2013d. Disponível em:

<[https://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_26149.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/media_26149.html) > Acesso em: 20 set. 2017

UNICEF; EDUCAÇÃO. C. N. pelo D.à. O Enfrentamento da Exclusão Escolar no Brasil. 2014. Brasília. ISBN: 978-85-87685-36-0. **Câmara Brasileira do Livro**. 192p

UNICEF; TIM I, EDUCAÇÃO U. N. D. M. em. **Sobre a Busca Ativa Escolar**. 2017.

Disponível em: <<https://buscaativaescolar.org.br/> > Acesso em: 20 set. 2017

VIM PARA UNICEF. **VIM para UNICEF 2015**. Jan. 2016. Vídeo disponível no Youtube.

Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HpClF-3yDQk>> Acesso em: 20 set. 2017